

Rejeição foi medida pelo Datafolha

Eleição: Bolsonaro

e Lula atrapalham

mais que ajudam

Reprodução Instagram



Apoio de Caetano Veloso a Manuela não vai se calar
O juiz da 161ª Zona Eleitoral de Porto Alegre resolveu proibir um evento que Caetano Veloso promoverá no dia 7 a fim de arrecadar recursos para a campanha de Manuela à Prefeitura. **Página 4**

HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.778 14 a 20 de Outubro de 2020

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Maioria não votaria em indicados por nenhum dos dois em São Paulo

A pesquisa Datafolha sobre a eleição na cidade de São Paulo, divulgada na quinta-feira (8/10), revelou o fraco desempenho do atual presidente, Jair Bolsonaro e do ex-presidente Lula como padrinhos políticos dos pretendentes a prefeito. O que mais chama a atenção é a forte rejeição dos eleitores a Jair Bolsonaro. Na pesquisa, 63% dos eleitores consultados disseram que não votam de jeito nenhum num candidato que Bolsonaro indicasse. Já 54% dos entrevistados responderam que não votariam de jeito nenhum num candidato sugerido ou apoiado por Lula. **Página 3**

Preço dos alimentos sobe em setembro bem acima da inflação

AFP



É a maior devastação já registrada no Pantanal desde que começaram as medições (2002). Governo faz piada

Pantanal já teve 26,5% de seu bioma destruído pelo fogo

De acordo com dados da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que atua junto com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) no monitoramento do Pantanal, 26,5% de todo o bioma já

foi queimado entre janeiro e setembro deste ano. Apenas em setembro, 14% de toda a área do Pantanal pegou fogo. É a maior devastação desde 2002, quando foram iniciadas as medições. O fogo

já atingiu cerca de 33 mil km² da área. Com a pior seca em décadas, chuvas abaixo da média, e o descaso do governo em relação às queimadas, a destruição da maior planície alagada do mundo

terá impactos ambientais e socioeconômicos incalculáveis. Mas, apesar do clima, especialistas afirmam que a maior parte dos focos de incêndio foram provocados pela ação humana. **Página 5**

Não foi só o arroz e o óleo que subiram. No acumulado do ano até setembro, 136 dos 180 subitens da alimentação no domicílio acompanhados pelo IBGE apresentaram taxas de inflação superiores à inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). As maio-

res altas foram do óleo de soja (27,54%) e do arroz (17,98%), que já acumulam no ano altas de 51,3% e 40,69%. O IPCA em setembro acelerou 0,64%, acima dos 0,24% de agosto, a maior alta para o mês em 17 anos. No ano, a inflação acumula alta de 1,34% e, em 12 meses, de 3,14%. **Página 2**

AstraZeneca proíbe Brasil de exportar vacina e poderá elevar sozinha o seu preço

O jornalista Jamil Chade, do portal UOL, revelou na quinta-feira (08) que as condições exigidas pela multinacional inglesa AstraZeneca para fornecer ao Brasil as doses e autorizar a produção no país de sua vacina, desenvolvida em conjunto com a Univer-

sidade de Oxford, são muito mais duras do que anteriormente foi divulgado.

Memorando revela que o Brasil terá que pagar royalties, poderá ver os preços subirem unilateralmente e não poderá exportar vacinas produzidas pela Fiocruz. **Pág. 4**

Candidato de Bolsonaro ao STF fez mestrado, doutorado e pós-doutorados nas férias

Segundo o currículo apresentado ao Senado pelo desembargador Kassio Nunes Marques – indicado por Bolsonaro para substituir o decano do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, ele fez mestrado, doutorado e dois pós-doutorados durante as férias. A proeza não para por aí. Apesar de somente ter defendido sua tese de doutorado há duas semanas, o currículo encaminhado por Kassio Nunes Marques declara que ele concluiu dois pós-doutorados nas férias de



Reprodução Youtube

2017, 2018, 2019 e 2020. Ou seja, fez dois pós-doutorados sem ter feito doutorado. **Pág. 3**

Ministro do STJ valida todas as provas contra Flavio Bolsonaro

O ministro Felix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), decidiu negar o pedido de Flávio Bolsonaro para a anulação de todas as provas obtidas contra ele no caso da lavagem de dinheiro em seu gabinete da Assembleia Legislativa do Rio

(Alerj). As investigações foram conduzidas pelo Ministério Público e a Polícia do Rio de Janeiro e acompanhadas pelo juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara da Justiça. O ministro Fischer já havia negado antes liminar para anular os atos do juiz. **P. 3**

Manifestação anti-fascista reúne multidão em Atenas

Pág. 6



Bolsonaro e Guedes vendendo o Brasil

Capital estrangeiro bate asas do Brasil

Diante da instabilidade provocada pelo desgoverno de Bolsonaro, até o capital estrangeiro está acelerando sua retirada do país. Segundo previsão do Institute of International Finance (ITF), neste ano de 2020, o saldo entre entradas e retiradas de capital do país ficará negativo em US\$ 24 bilhões (R\$ 134 bilhões). Em 2019, as saídas somaram US\$ 11,1 bilhões (R\$ 62 bilhões). “Somando diferentes tipos de entradas e saídas, o Brasil terá um fluxo de dinheiro estrangeiro em 2020 de apenas US\$ 11 bilhões, bem abaixo dos US\$ 59 bilhões de 2019”, diz o ITF. As informações são da Folha de S. Paulo. O ITF reúne 450 bancos e fundos de investimento em 70 países.

Com a crise sanitária e econômica que atinge inclusive os países centrais, os capitais estrangeiros não estão se metendo em qualquer aventura, apesar de Bolsonaro e Guedes prometerem mundo e fundos a “investidores estrangeiros”, como refinarias, Correios e outras estatais lucrativas

Enquanto vários governantes usam recursos públicos para enfrentar a Covid-19 e a recessão, protegendo suas indústrias, empresas e trabalhadores, Guedes diz que a única coisa a fazer é oferecer o patrimônio público para tentar atrair capital estrangeiro, o mesmo que está batendo asas. Por isso ele repete a falácia de que “tem trilhões de dólares lá fora querendo entrar...”

Planalto coloca à venda aeroportos de Congonhas e de Santos Dumont

O governo Bolsonaro retomou o processo de privatização de 39 terminais aéreos, entre eles, os aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Santos Dumont, no Rio de Janeiro, que são considerados a ‘joia da coroa’ na rede de terminais aéreos operada pela estatal Infraero.

O Ministério da Infraestrutura divulgou na quinta-feira (8) o edital para contratação de “estudos técnicos” para a venda de 17 terminais, entre estes estão os aeroportos de maior movimento e mais lucrativos do país, Congonhas e Santos Dumont. Os aeroportos devem ser licitados na sétima rodada de leilões do setor, prevista para 2022. Antes disto, o governo também pretende leiloar 22 terminais aeroportuários em 2021.

Assim, Bolsonaro dará continuidade ao processo de desmonte da Infraero e de entrega dos aeroportos brasileiros ao capital estrangeiro.

Através do Programa de Investimento em Logística (PIL), iniciado em 2011, com o argumento de modernização e de melhora dos servi-

ços, foram privatizados os principais aeroportos do país: aeroporto de Guarulhos (SP), Galeão (RJ), Juscelino Kubitschek (Brasília), Confins (MG), São Gonçalo do Amarante (RN), Viracopos (Campinas-SP).

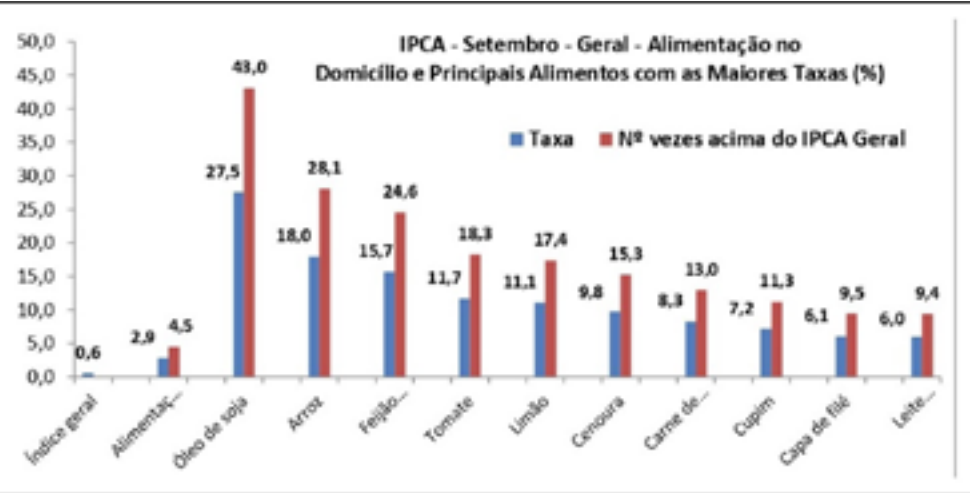
O que se viu depois das privatizações destes aeroportos foi que a gestão privada não funcionou, empresas dando calote no governo pelo não pagamento de outorgas – que é uma espécie de aluguel pelo uso das unidades -, projetos de investimentos não cumpridos, obras paradas, terminais sendo alagados por chuva, desabamento de teto em salão de embarque, devolução de aeroportos, etc.

Esses “investidores” também achacaram a Infraero em 5,6 bilhões. De 2013 a 2019, a despesa do Tesouro Nacional com a capitalização da Infraero atingiu R\$ 13,1 bilhões, de acordo com dados do Ministério da Economia, segundo sondagem feita pelo Valor Econômico.

Veja matéria completa no HP: <https://horadopovo.com.br/bolsonaro-poe-a-venda-mais-duas-joias-da-coroa-congonhas-e-santos-dumont/>

Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Omissão de Bolsonaro com alta nos preços faz inflação disparar



IPCA da alimentação no domicílio, apresentou taxa em setembro 4,5 vezes superior ao índice geral do IPCA. A inflação do óleo de soja foi 43 vezes maior que o IPCA geral; a do arroz, 28 vezes; e a do feijão, 24,6 vezes maior que o índice geral de setembro (Reprodução Gerson Teixeira)



Ministro da Economi, Paulo Guedes, quer tirar o couro da classe média

Fim da declaração simplificada do IR atinge os mais pobres, diz Unafisco

“Quem aproveita o modelo simplificado é o pessoal com renda menos elevada”

Um levantamento da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco) aponta que a classe média sairá prejudicada com o fim do desconto de 20% nas declarações simplificadas do Imposto de Renda (IR). Segundo o presidente da Unafisco, Mauro Silva, a medida poupa os mais ricos e retira “dinheiro da classe média e da classe média baixa” que paga o imposto.

“Estariam tirando dinheiro da classe média e da classe média baixa. Estaria tirando o couro de quem? Não seria das pessoas de renda alta. Provocaria uma injustiça tributária”, afirmou Mauro Silva, na terça-feira (6), à Folha de S. Paulo.

Desde o ano passado, o governo tem agido para acabar com as deduções de despesas de educação e de saúde nas declarações do IR, mas sem êxito. A equipe econômica do governo propõe agora que apenas exista a modalidade completa, opção para quem teve custos que podem ser deduzidos acima dos 20%.

Segundo Paulo Guedes, “os recursos existem, como o desconto simplificado para Saúde e Educação. É dinheiro da classe média alta. Você pega R\$ 10 milhões e são R\$ 35 a mais no Renda Cidadã. É uma transferência de renda de quem tem mais para quem tem menos”, declarou o ministro de Bolsonaro, em entrevista na semana passada (2/10).

O presidente da

Unafisco contesta o argumento do ministro. “Quem aproveita o modelo simplificado é o pessoal com renda menos elevada. Quando for para o sistema completo, ele não terá o desconto que tinha antes, não vai ter despesa médica, pode não ter escola particular. Acabará tendo uma dedução menor”, disse o auditor fiscal ao explicar que as pessoas só optaram pelo desconto padrão simplificado, porque não têm gastos suficientes para viabilizar uma dedução maior do que 20%, sobre gastos de despesas médicas e educacionais no IR.

No estudo, a entidade filtrou por faixa de renda os contribuintes que utilizam o modelo simplificado e têm direito ao desconto automático. O limite atual desse desconto é de R\$ 16.754,34 por contribuinte.

Cerca de 40% dos contribuintes têm renda mensal entre dois e cinco salários mínimos (de R\$ 2.090 a R\$ 5.225), e outros 37% possuem rendimento mensal entre cinco e dez salários (de R\$ 5.225 a R\$ 10.450). Esses percentuais vão caindo conforme a renda fica mais alta.

De acordo com a Unafisco, em 2018, a renda tributável média dos contribuintes que usaram a declaração simplificada foi de R\$ 44,6 mil no ano. Já a renda tributável média dos contribuintes que optaram pela declaração completa foi R\$ 82,3 mil ao ano – quase o dobro da declaração

simplificada. Segundo números da Receita Federal ainda, o valor total médio dos bens e direitos do contribuinte que faz a declaração simplificada é de R\$ 230,8 mil, contra R\$ 411,0 mil dos que utilizam o formulário completo.

Paulo Guedes, assim como fez na reforma da Previdência, faz alusão aos pobres e miseráveis deste País para arrochar ainda mais a renda do operariado e da classe média brasileira. O argumento agora é de que precisa financiar o tal “Renda Cidadã”, que outrora já foi “Renda Brasil”, e que pode mudar de nome de novo, porque não passa de uma peça publicitária para maquiagem Bolsonaro de paladino dos pobres.

Até agora, o governo só apresentou cortes de direitos (ver lista abaixo) para sustentar um programa de distribuição de renda que se propõe apenas em superar em alguns vinténs o valor do Bolsa Família, o que é insuficiente para retirar a economia da recessão e, muito menos, tirar brasileiros de fato da pobreza. Os únicos pobres que Bolsonaro e Paulo Guedes se preocupam são os bancos e os rentistas, que não param de lucrar mesmo com a pandemia de Covid-19 e a com a economia em recessão.

Veja matéria completa no HP: <https://horadopovo.com.br/fim-da-declaracao-simplificada-atinge-os-mais-pobres-diz-unafisco/>

“Não vai tabelar. Nossa política é de livre mercado, seguir a linha do Paulo Guedes”, declarou

A inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) acelerou 0,64% em setembro, acima dos 0,24% de agosto, a maior alta para o mês em 17 anos. No ano, a inflação acumula alta de 1,34% e, em 12 meses, de 3,14%.

De acordo com os dados divulgados na sexta-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o grupo de Alimentação e Bebida subiu 2,28% em setembro e teve maior impacto sobre o IPCA (0,46 ponto percentual). Dentro desse grupo, o maior avanço se deu na categoria de alimentos para consumo em domicílio, que disparou 2,89% no mês passado em comparação com agosto.

As maiores altas foram do óleo de soja (27,54%) e do arroz (17,98%), que já acumulam no ano altas de 51,3% e 40,69%. Ambos os produtos são itens da cesta básica.

Os preços de outros produtos importantes na cesta de consumo das famílias, como o tomate (11,72%), o leite longa vida (6,01%) e as carnes (4,53%) também subiram.

“Considerando o acumulado até setembro, 136 dos cerca de 180 subitens da alimentação no domicílio apresentaram taxas de inflação acima do índice geral do período. Portanto, há uma razoável dispersão do aumento dos preços o que sugere o peso do componente estrutural na origem da carência dos alimentos”, avalia o especialista Gerson Teixeira, ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

No acumulado até setembro, as taxas de inflação de todos os 16 subgrupos que integram o grupo dos alimentos superaram o índice geral. Os subgrupos com as maiores taxas no período estão retratados na figura abaixo (lembrando que o IPCA acumulado foi de 1.34%):

A disparada nos preços, puxada especialmente por alimentos e gasolina, tem ainda maior relevância em um momento de pandemia, em que o desemprego atinge níveis históricos e o auxílio emergencial – que atende mais de 65 milhões de pessoas – sofre um corte pelo governo.

TRANSPORTE E HABITAÇÃO

Além de alimentos e bebidas, seis grupos tiveram alta em setembro. Destaque para os artigos de residência (1%), os transportes (0,7%)

Múltis que ganharam leilão desistem da Lotex

Queriam usar os 13 mil pontos lotéricos da Caixa

As multinacionais que venceram o leilão da Lotex, em outubro de 2019, a International Game Technology (IGT), com sede em Londres, e a americana Scientific Games International (SGI), informaram que não vão mais operar a Loteria Instantânea Exclusiva, conhecida como a popular “raspadinha”. A Lotex fazia parte da lista de 17 estatais anunciadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que seriam privatizadas em 2019.

As multinacionais, além de meterem a mão nos recursos que financiavam investimentos em favor dos brasileiros, sobretudo dos mais carentes, queriam usufruir dos 13 mil pontos lotéricos da Caixa Econômica Federal, que foi proibida pelo governo de participar do leilão.

Segundo nota divulgada pelo consórcio vencedor da privatização da Lotex, sobre a existência da “concessão”, “os 13 mil lotéricos da rede Caixa são fundamentais para o sucesso do lançamento do negócio de bilhetes instantâneos no Brasil e sem essa rede de distribuição as empresas não estavam preparadas para seguir adiante”.

As múltis reclamaram também da decisão do Supremo Tribunal Federal, no dia 30 de maio, que tirou delas a exclusividade do negócio, permitindo a estados e o Distrito Federal o gerenciamento da loteria instantânea.

O edital de concessão da Lotex previa que o consórcio poderia fazer acordo de parce-

e habitação (0,37%). Itens de vestuário, após quatro meses consecutivos de quedas, também apresentaram alta de 0,37%.

“Nos transportes, os combustíveis continuam em alta, principalmente, a gasolina (1,95%), cujos preços aumentaram em todas as áreas pesquisadas, exceto Salvador. A gasolina é o subitem de maior peso no IPCA”, assinalou Pedro Kislakov, gerente de pesquisa do IBGE.

CESTA BÁSICA

Na quarta-feira, o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) informou o valor médio da cesta básica em setembro. “Os preços do conjunto de alimentos básicos, necessários para as refeições de uma pessoa adulta (conforme Decreto-lei 399/38) durante um mês, aumentaram em todas as capitais pesquisadas. As maiores altas foram observadas em Florianópolis (9,80%), Salvador (9,70%) e Aracaju (7,13%)”.

O arroz e o óleo de soja foram os itens da cesta básica que mais tiveram impacto sobre o valor total. O preço de ambos aumentou em todas as 17 capitais pesquisadas. Nessa situação de crise, pandemia e desemprego, o governo não se prestou a regular o preço dos alimentos essenciais – mantendo grande volume de exportação e prejudicando o mercado interno.

Além do arroz e óleo, houve aumento significativo nos preços da carne bovina, banana, açúcar, leite, tomate e batata, destacou o Dieese.

Em São Paulo, maior centro econômico do país, a cesta custou em setembro R\$ 563,35 – uma alta de 4,33% sobre o mês anterior. O levantamento destacou que, no ano, o preço do conjunto de alimentos básicos na capital de São Paulo chegou a subir 11,22%. Em 12 meses, a alta acumulada já é de 18,89%.

O Dieese destaca que, considerando o preço da cesta mais cara, a alimentação básica representou 51,22% do salário mínimo nacional em setembro.

Enquanto os preços dos alimentos dispararam, Bolsonaro disse, em sua live na sexta-feira (1/10) que não vai fazer nada para conter a alta no preço do arroz. “Não vai tabelar. Nossa política é de livre mercado, seguir a linha do Paulo Guedes”, declarou.

Queriam usar os 13 mil pontos lotéricos da Caixa

As multinacionais que venceram o leilão da Lotex, em outubro de 2019, a International Game Technology (IGT), com sede em Londres, e a americana Scientific Games International (SGI), informaram que não vão mais operar a Loteria Instantânea Exclusiva, conhecida como a popular “raspadinha”. A Lotex fazia parte da lista de 17 estatais anunciadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que seriam privatizadas em 2019.

As multinacionais, além de meterem a mão nos recursos que financiavam investimentos em favor dos brasileiros, sobretudo dos mais carentes, queriam usufruir dos 13 mil pontos lotéricos da Caixa Econômica Federal, que foi proibida pelo governo de participar do leilão.

Segundo nota divulgada pelo consórcio vencedor da privatização da Lotex, sobre a existência da “concessão”, “os 13 mil lotéricos da rede Caixa são fundamentais para o sucesso do lançamento do negócio de bilhetes instantâneos no Brasil e sem essa rede de distribuição as empresas não estavam preparadas para seguir adiante”.

As múltis reclamaram também da decisão do Supremo Tribunal Federal, no dia 30 de maio, que tirou delas a exclusividade do negócio, permitindo a estados e o Distrito Federal o gerenciamento da loteria instantânea.

O edital de concessão da Lotex previa que o consórcio poderia fazer acordo de parce-

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoocom.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Desembargador Kassio Nunes Marques Candidato de Bolsonaro ao STF fez mestrado, doutorado e pós-doutorados nas férias

Antigamente, quando alguém queria esculhambar com um advogado, dizia que ele obtivera seu diploma em um curso por correspondência. Depois, apareceu uma variante: dizia-se que o advogado a quem se queria avacalhar frequentara uma faculdade “de final de semana”.

Agora, pelo currículo apresentado ao Senado pelo desembargador Kassio Nunes Marques – indicado por Bolsonaro para substituir o decano do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello – sabemos que tais assertivas não são mais injúrias. A julgar pelo currículo de Kassio, indicado ao maior cargo do Judiciário, passaram, nos últimos tempos, a constituir a mais coezinha realidade.

Segundo o currículo do candidato de Bolsonaro a membro do tribunal máximo do país, ele fez **mestrado, doutorado e dois** pós-doutorados durante as férias.

O próprio Kassio Nunes Marques escreveu no seu currículo: “*Todos estes cursos foram realizados em período de férias e sem nenhum pedido de afastamento para licença*”.

Tanto o mestrado nas férias, quanto o doutorado nas férias, e mais os dois pós-doutorados nas férias, foram realizados em universidades estrangeiras.

De acordo com o currículo, entregue por Kassio Nunes Marques ao Planalto – e encaminhado pelo governo ao Senado – foi esta a trajetória da pós-graduação do desembargador:

– nas férias de 2013, 2014 e 2015, fez mestrado em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal;

– nas férias de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, fez doutorado na Universidade de Salamanca, Espanha, tendo defendido sua tese no último dia 25 de setembro, ou seja, há duas semanas.

A tese ainda não foi registrada pela Universidade de Salamanca, segundo informa o próprio desembargador.

Apesar de somente ter defendido sua tese de doutorado há duas semanas, o currículo encaminhado por Kassio Nunes Marques declara que ele concluiu dois pós-doutorados nas férias de 2017, 2018, 2019 e 2020.

Ou seja, concluiu dois **pós-doutorados** sem ter concluído, antes, o **doutorado**.

Esses títulos de pós-doutorado seriam: – curso em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca;

– curso em Direito Constitucional e Civil pela Universidade de Messina, Itália.

Ambos feitos **durante as férias**, segundo o indicado por Bolsonaro ao Supremo.

Como observou o professor Diego Werneck Arguelhes, do INSPER:

“*Marques mostra desconhecimento da academia ao tratar ‘pós-doutorado’ como um ‘curso’, para o qual haveria um diploma correspondente de ‘pós-doutor’. E afirma que, na Europa, seria possível ‘fazer o pós-doutorado antes do doutorado’, dentre outras desinformações*” (cf. Diego Werneck Arguelhes, **Análise: Títulos acadêmicos, notável saber jurídico e o caso de Kassio Marques**, OESP 08/10/2020).

Quanto à sua tese de doutorado, até agora Kassio Nunes Marques não liberou o seu texto ao público.

ILIBADO

Antes de conhecida a versão encaminhada ao Senado do currículo do indicado por Bolsonaro ao STF, havia já os seguintes problemas, na versão anterior:

– pelo menos 13% da dissertação de mestrado de Kassio Nunes Marques **é plágio de artigos do advogado Saul Tourinho Leal**. Não eram citações, mas reproduções do texto, **até mesmo com idênticos erros de digitação**;

– a pós-graduação em “*Contratación Pública*” pela Universidad de La Coruña, Espanha, **era uma falsificação**.

A Universidade de La Coruña informou que o curso **não existia e jamais existiu** naquela instituição. Nos registros da universidade espanhola, Kassio Nunes Marques frequentou **um curso de cinco dias** em La Coruña.

No currículo do desembargador, **esse curso de cinco dias foi transformado em “pós-graduação”**, segundo ele por um “erro de tradução” ...

Por fim (ou por agora): sobre o “pós-doutorado”, que mencionamos acima, em Direito Constitucional e Civil pela Universidade de Messina, Itália, Kassio Nunes Marques, impressado pelas contestações desse “título” inexistente, confessou que frequentou “**cinco dias de aula, em formato intensivo**” (cf. OESP 09/10/2020, **A reputação e o currículo**).

REQUISITOS

O que alguém precisa para ser ministro do tribunal máximo do país, o Supremo Tribunal Federal (STF), aquele que alguns chamam de “excelso pretório”?

Segundo a Constituição da República:

“**Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.**”

O que corresponde à tradição brasileira, tanto quanto aos interesses da Justiça.

Não foram por outras razões que o presidente Afonso Pena indicou Pedro Lessa; ou o presidente Getúlio Vargas indicou Nelson Hungria e Orozimbo Nonato; ou o presidente Juscelino indicou Victor Nunes Leal e Cândido Mota Filho; ou o presidente João Goulart indicou Hermes Lima e Evandro Lins e Silva, somente para citar alguns exemplos.

Esses, e inúmeros outros, ministros do STF foram escolhidos por serem juristas e homens honrados.

Porém, Bolsonaro disse que prefere nomear para o Supremo quem toma tubaina com ele – assim como Lula preferiu nomear um advogado seu e do PT, Dias Toffoli, que hoje é um vergonhoso bolsonarista no STF.

Em suma, seu critério é o da copa e cozinha. O que é inevitável para quem acha que a função da Justiça é proteger da lei a si próprio, aos seus filhos e aos seus asseclas, milicianos e políticos.

Daí, segundo o próprio Bolsonaro, saiu a indicação de Kassio Nunes Marques.

CARLOS LOPES

Bolsonaro e Lula tiram votos de quem apoiarem, diz o Datafolha



Com a medida provisória antitrabalhador, Bolsonaro instaura o caos no país

Ministro Felix Fischer, do STJ, valida todas as provas contra Flávio Bolsonaro

O ministro Felix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), decidiu negar, nesta quinta-feira (8/10), o pedido de Flávio Bolsonaro para a anulação de todas as provas obtidas contra ele no caso da lavagem de dinheiro em seu gabinete da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).

As investigações foram conduzidas pelo Ministério Público e a Polícia do Rio de Janeiro e acompanhadas pelo juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara da Justiça do estado. No dia 28 de setembro, o ministro Fischer já havia negado a concessão de uma liminar (decisão provisória) para anular os atos do juiz.

A nova decisão do ministro do STJ avaliou o mérito da ação após manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), que disse discordar do pedido dos advogados. Ao analisar o mérito do pedido do filho mais velho do presidente, o ministro considerou que é possível aproveitar atos processuais de um juiz que, até o momento em que tomou decisões, era considerado competente para atuar no caso.

“Os atos anteriormente praticados pelo d. Juízo de Primeiro Grau, declarado incompetente supervenientemente, devem ser preservados, sejam eles meramente instrutórios ou deci-

vos”, afirmou Fischer. “Não vislumbro qualquer constrangimento ilegal, apto à concessão da ordem, mesmo que de ofício”, concluiu.

No recurso, os advogados de Flávio argumentam que, como o Tribunal de Justiça do Rio garantiu o foro privilegiado ao senador, os atos do magistrado da primeira instância deveriam ser considerados nulos. A decisão da Terceira Câmara Criminal do TJ do Rio sobre o foro do senador foi tomada no fim de junho deste ano. Logo depois, a defesa do senador anunciou que iria questionar as decisões do juiz Flávio Itabaiana.

MP-RJ mostra que o processo contra Carol é perseguição e questiona o STJD

“Em setembro de 2018, dois jogadores da Seleção Brasileira de vôlei manifestaram apoio a Bolsonaro sem punição”, afirma documento do MP

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) enviou uma representação para o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) questionando “qual regulamento específico teria sido descumprido pela atleta Carolina Solberg e quais os fundamentos para a limitação da liberdade de expressão no âmbito esportivo adotada pela entidade”.

“Não restou claro qual regulamento especificamente teria sido descumprido, o que permitiria a apreciação de sua conformidade com o mandamento contido no art. 5º, inc. IV, da Constituição da República: ‘é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato’”, disse o MP no documento.

Carol Solberg foi denunciada pelo subprocurador Wagner Vieira Dantas depois de ter falado “fora Bolsonaro” em uma entrevista à SporTV. Carol tinha acabado de vencer a disputa pela medalha de bronze do circuito brasileiro de vôlei de praia.

O Ministério Público lembrou que outros atletas de vôlei, Wallace e Mauricio Souza, expressaram apoio a Jair Bolsonaro em 2018, durante as eleições, fazendo o número 17 para câmera. A foto chegou a ser pos-

tada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), mas nenhum dos dois foi denunciado.

“Todavia, há outro elemento que merece ainda maior atenção. Como também amplamente noticiado, em setembro de 2018, dois jogadores da Seleção Brasileira de vôlei comemoraram uma vitória da equipe fazendo alusões a número de candidato à presidência [da República]. Não teria havido nenhuma punição e a foto teria sido postada na página da entidade”.

A comparação com outros atletas já tinha sido feita pelo presidente da Comissão de Atletas do Comitê Olímpico do Brasil (CACOB), Tiago Camilo. “Nossa Comissão almeja que a atleta possa ter um julgamento justo e com a mesma jurisprudência de casos anteriores envolvendo atletas brasileiros”, disse.

Segundo o MP-RJ, “o Supremo Tribunal Federal já assentou que os direitos fundamentais se aplicam às relações privadas, de modo que a atividade disciplinar de uma confederação esportiva deve atender ao princípio da isonomia, vedado eventual tratamento desigual, com favorecimento de uns e perseguição de outros”.

O MP-RJ pediu que o STJD informe “qual regulamento específico (citando

o dispositivo) teria sido descumprido pela atleta Carolina Solberg e quais os fundamentos para a limitação da liberdade de expressão no âmbito esportivo adotada pela entidade” e também “como a entidade procede ou procedeu em relação a casos análogos de manifestação política por parte de atletas, notadamente o ocorrido em setembro de 2018”.

O Ministério Público também demonstrou preocupação de que a perseguição contra Carol esteja acontecendo porque parte do vôlei nacional é financiado com dinheiro do governo federal. O STJD deverá informar, também, sobre o “montante de recursos públicos federais oriundos da Lei Agnelo/Piva recebidos no presente ano de 2020 e se o Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia utilizou tais recursos”.

O STJD tem 10 dias para fornecer a íntegra do processo para o MP-RJ.

O julgamento de Carol Solberg estava marcado para terça-feira (6), mas foi adiado por conta de um pedido da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) de participarem do processo como “amicus curiae”. O pedido foi negado e o julgamento remarcado para a próxima terça (13).

Sebastião Melo, tem 5,9%.

Outros: Nelson Marchezan Jr (PSDB) 6,5%; Juliana Brizola (PDT) 5,8%; Fernanda Melchionna (PSOL) 2,5%; Gustavo Paim (PP) 2,0%; Júlio Flores (PSTU) 0,5%; Valter Nagelstein (PSD) 0,5%; Rodrigo Maroni (Pros) 0,4%; Montserrat Martins (PV) 0,1%; Luiz Delvair (PCO) 0,0%; Não sabe 15,5%; Branco/Nulo 16,3%.

A pesquisa também perguntou a intenção de votos espontânea, na qual o eleitor não é informado sobre os candidatos. Manuela lidera com 9,3% das intenções, já o segundo colocado,

Pesquisa do instituto revelou que a maioria dos eleitores não votaria em indicados pelo atual presidente, Jair Bolsonaro, e nem pelo ex-presidente Lula. João Doria também dificulta a vida de

A pesquisa Datafolha sobre a eleição para a prefeitura da capital de São Paulo, divulgada na quinta-feira (8/10), revelou também, além da intenção de votos nos candidatos, o fraco desempenho do atual presidente, Jair Bolsonaro e do ex-presidente Lula como padrinhos políticos dos pretendentes aos cargos.

O que mais chama a atenção é a forte rejeição dos eleitores de São Paulo a Jair Bolsonaro. Na pesquisa, 63% dos eleitores consultados disseram que não votam de jeito nenhum num candidato que Bolsonaro indicasse. Só 16% responderam que votariam com certeza num candidato apoiado por ele e 18% disseram que talvez votassem. Isso representa uma grande diferença em relação à eleição de 2018. Os eleitores dão mostras de que conhecem mais a insanidade de Bolsonaro hoje do que naquele ano.

A pesquisa revelou também que o ex-presidente Lula, que já teve forte influência no eleitorado geral, e no de São Paulo, em particular, também perdeu bastante seu poder de influir no resultado do pleito na capital paulista. O Datafolha mostra que 54% dos entrevistados responderam que não votariam de jeito nenhum num candidato sugerido ou apoiado por Lula.

Condenado a 25 anos em 2ª instância, chefeão do PCC foi libertado por Marco Aurélio de Mello

A decisão do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), que redundou na soltura de André do Rap, um dos chefes do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que atua dentro e fora dos presídios de São Paulo, causou perplexidade ao Brasil e às autoridades policiais de São Paulo.

O governador do estado, João Doria, afirmou que a decisão liminar de Marco Aurélio foi um desrespeito ao trabalho da Polícia e ao Ministério Público.

No habeas corpus que permitiu a saída do traficante, Marco Aurélio argumentou que o líder do PCC deveria ser libertado porque ele estava detido desde o fim de 2019 sem uma sentença condenatória. Mello afirma que a prisão excedeu o limite de tempo previsto na legislação brasileira para a prisão provisória.

A legislação processual brasileira mudou no ano de 2020 com o pacote anticrime. A mudança em questão foi a determinação de que prisões provisórias sejam revistas a cada 90 dias para verificar se há necessidade de sua manutenção. Segundo Marco Aurélio, isso não ocorreu no caso de André do Rap.

A determinação da revisão a cada 90 dias para que uma prisão provisória possa ser mantida não fazia parte do projeto original do pacote anticrime, de autoria do então ministro da Justiça Sérgio Moro e de juristas comandados pelo ministro do STF Alexandre de Moraes. O trecho, abrindo a possibilidade de revisão de prisões provisórias, foi adicionado durante a tramitação no Congresso.

Em parecer assinado pela área jurídica do Ministério da Justiça, em dezembro de 2019, o órgão pediu o veto do parágrafo único do artigo 316 também do Código de Processo Penal. “Aqui, por sua vez, é estabelecido dever do magistrado de rever, no prazo de noventa dias, de ofício, a decisão de decretação da preventiva. Mesmo ausente fato novo, o juiz deverá reavaliar a situação, sob pena de tornar a prisão ilegal, indo também nesse ponto de encontro ao dever constitucional do Estado de garantia da incolumidade das pessoas”, diz o documento.

Em dezembro do ano passado, Bolsonaro sancionou o conjunto de medidas e vetou 25 itens do texto, mas manteve as mudanças introduzidas pelo artigo 316.

Sérgio Moro comentou a decisão de Mello. “O artigo que foi invocado para soltura da liderança do PCC não estava no texto original do projeto de lei anticrime e eu, como ministro da Justiça, me opus a sua inserção por temer solturas automáticas de presos perigosos por mero decurso de tempo”, disse ele em nota neste domingo (11).

A exigência de revisão foi introduzida pelo deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG). A alteração foi usada como argumento para soltar André do Rap.

21% disseram que votariam com certeza num candidato indicado por ele e 23% responderam que talvez votassem. A experiência vivida com Dilma Rousseff, que não se saiu bem em seu mandato, parece contar muito para este resultado.

Os dois candidatos apoiados por eles em São Paulo confirmam os resultados da pesquisa, que foi encomendada pela Rede Globo e pelo jornal Fôlha de S. Paulo. Jilmar Tatto (PT) não decolou e Celso Russomanno (Republicanos), que sempre sai na frente nas pesquisas, nem bem começou a campanha, já começa a perder fôlego. A rejeição a seu nome aumentou oito pontos percentuais logo depois do primeiro debate. Foi durante o debate que ele anunciou o apoio de Bolsonaro.

A pesquisa revelou também que Bruno Covas (PSDB) não terá uma ajuda significativa do governador João Doria para sua eleição. A rejeição a uma indicação do governador também é alta. Entre os entrevistados, 11% votariam com certeza num candidato indicado por Doria e 25% disseram que talvez votassem. 60% responderam que não votariam de jeito nenhum. A pesquisa ouviu 1.092 eleitores na cidade de São Paulo com 16 anos ou mais nos dias 5 e 6 de outubro.

Ele foi preso em setembro do ano passado, em uma operação da Polícia Civil de São Paulo em um condomínio de luxo em Angra dos Reis, no litoral do Rio de Janeiro.

André do Rap comanda uma organização criminosa de tráfico internacional de drogas de dentro da cadeia e já está condenado a mais de 25 anos em segunda instância em dois processos, mas que ainda não transitaram em julgado.

O criminoso, portador de fortuna construída com o tráfico de drogas, recorreu da decisão ao STF, retardando sua condenação definitiva. Nesta condição, ao não ser revista a sua prisão pela nova determinação legal, ele foi solto e caiu no mundo.

O próprio deputado autor da mudança disse discordar da soltura de André do Rap. “A periculosidade é um dos casos que justifica a manutenção da prisão preventiva. Não vejo razão para soltá-lo”, declarou Andrada.

Mello não quis saber, aferrou-se ao formalismo do cumprimento do “devido processo legal” e não levou em consideração a situação específica da ameaça do preso à ordem pública. Mandou soltar um bandido altamente perigoso. Após sair da Penitenciária II de Presidente Venceslau, o chefe do PCC foi conduzido por seus comparsas até Maringá, no Paraná, e de lá saiu em um avião particular para destino ignorado.

O presidente do STF, Luiz Fux, suspendeu a decisão liminar de Marco Aurélio Mello, mas já era tarde, o traficante já havia fugido. Fux determinou que André do Rap fosse imediatamente preso novamente.

Marco Aurélio não gostou da decisão e estuda levar soltura de André do Rap ao plenário do STF. Ele diz que Fux agiu como ‘censor’. O presidente da Corte suspendeu decisão no sábado a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR). Marco Aurélio disse que o presidente do STF deve agir como um “coordenador de iguais”. Para o ministro, acima de cada magistrado está apenas a decisão coletiva, e não o presidente da Corte.

Até ser preso no dia 15 de setembro de 2019 em uma mansão de Angra dos Reis, no litoral sul fluminense, onde se refugiava e controlava a distância os seus negócios ilícitos, André do Rap era apontado como o responsável direto pelas remessas de cocaína ao exterior, via Porto de Santos, operadas pelo PCC.

André do Rap foi encontrado em um condomínio de luxo no bairro Itanema, que fica às margens da BR-101 (Rodovia Rio-Santos). Na residência, foram apreendidos dois helicópteros, um deles um B 4 avaliado em mais ou menos R\$ 7 milhões e uma lanchar de 60 pés, avaliada em R\$ 6 milhões. A casa era alugada, mas ele tinha uma mansão na cidade, fora de um condomínio.

Acordo de Bolsonaro e AstraZeneca impede FioCruz de exportar vacina

Memorando revela que Brasil terá que pagar royalties, poderá ver os preços subirem unilateralmente e será a múlti que determinará a data do fim da pandemia

O jornalista Jamil Chade, do portal UOL, revelou nesta quinta-feira (08), em sua coluna, que as condições exigidas pela multinacional inglesa AstraZeneca para fornecer ao Brasil as doses e autorizar a produção no país de sua vacina, desenvolvida em conjunto com a Universidade de Oxford, são mais duras do que anteriormente foi divulgado. O acordo da AstraZeneca com o governo brasileiro, segundo o colunista, “revela que a empresa estrangeira impôs condições sobre a venda da futura vacina contra a Covid-19, pagamento de royalties, manteve a patente sobre o produto e poderá até mesmo definir o que considera como a data do final da pandemia, já a partir de julho de 2021”.

ACORDO PROIBE BRASIL DE EXPORTAR VACINAS
Além disso, em uma das cláusulas, há uma restrição explícita à distribuição da vacina produzida pela FioCruz fora do Brasil.

Ainda sobre a íntegra do acordo do governo brasileiro com a multinacional inglesa, obtido pelo colunista do UOL, o memorando revela que, além do risco do insucesso dos testes, assumido pelo governo brasileiro, os custos para o abastecimento de 100 milhões de doses da futura vacina, que seria de cerca de US\$ 300 milhões, passa a ficar em aberto já que os preços poderão sofrer alterações de acordo com a evolução da pandemia.

Pelo acordo com a empresa britânica, fica estabelecido que, se a vacina não der resultados, não haverá um reembolso. Pagamentos “não são reembolsáveis na hipótese de resultados negativos na pesquisa clínica”, diz o texto. Também fica acordado que o pagamento pela “transferência de knowhow (conhecimento) de produção de produto acabado é não-reembolsável”.

LABORATÓRIO PODERÁ DECRETAR UNILATERALMENTE O FIM DA PANDEMIA E OS PREÇOS PODERÃO SUBIR

Outro ponto que chamou a atenção foi a possibilidade dos preços das doses da vacina se alterarem com o “fim da pandemia”, decretado unilateralmente pela empresa.

O jornal Financial Times repercutiu esse item do memorando que dá à empresa britânica o poder de definir a data em que poderia ser decretado o fim da pandemia. A declaração de fim de pandemia, segundo o documento, estava previamente estabelecido em 1 de julho de 2021. O período de pandemia poderia ser ampliado. Mas, pelo acordo, isso dependerá exclusivamente da AstraZeneca.

Este tópico terá reflexos imediatos nos preços pagos pelas doses. Segundo a multinacional, um fornecimento de doses a um preço de custo só poderia ocorrer enquanto a pandemia durar. Depois disso, os valores terão de ser renegociados. Em outro trecho, também fica explicitado que a empresa concede a sublicença para produção, distribuição e comercialização da vacina para o “mercado público brasileiro”.

A empresa britânica vem enfrentando problemas com os testes da vacina. O episódio do evento adverso grave, que atingiu um dos participantes da pesquisa, paralisou por alguns dias todo o processo de testes da vacina. O retorno dos testes se deu em todos os países onde a vacina era testada, menos nos Estados Unidos. Lá os participantes não receberam a segunda dose da vacina. Um porta-voz da AstraZeneca procurou minimizar o impacto deste problema no resultado da pesquisa, mas o problema suscitou preocupações.

Em artigo publicado no HP em

20 de julho, o professor Eduardo Costa, médico-sanitarista, professor titular de Epidemiologia da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), já alertava para a necessidade de publicidade dos itens – que na época eram secretos – dos acordos do governo brasileiro.

Ele falava das duas principais vacinas em teste no Brasil, a da AstraZeneca, em conjunto com a FioCruz, e a da Sinovac, com o Instituto Butantan.

“Não sabemos se o acordo do Instituto Butantan com uma empresa chinesa (Sinovac) e o da FioCruz com uma inglesa (AstraZeneca) preveem a patente industrial, pois obteríamos de qualquer modo a licença produtiva. Não vimos nada a esse respeito no que foi divulgado”, dizia ele à época. “Mas cremos que a **COOPERACÃO E NÃO A CONCORRÊNCIA** a nível mundial regem as bases desses acordos”, disse na ocasião.

Eduardo Costa afirmou que “o Instituto Butantan divulgou que para os testes clínicos terá de desembolsar R\$ 85 milhões e não terá de pagar royalties, mas precisará investir na ampliação de seu parque fabril, sem divulgar números, ainda que tenha a plataforma tecnológica necessária. Mas poderia inicialmente fazer acordos de produção”.

Ele disse também, naquela oportunidade, que mesmo com custos relativamente elevados, valia a pena participar dos projetos de produção das vacinas. Entretanto, as cláusulas que estão sendo tornadas públicas agora, revelam que os interesses da multinacional inglesa estão muito mais direcionados para a obtenção de lucros do que na direção da cooperação.

“A elevada quantia que o Brasil pagará para testar e desenvolver industrialmente o produto (USD 127 milhões), incluindo pouco mais de 30 milhões de doses e depois 2,30 US dólares por dose para outros 70 milhões de doses (USD 161 milhões) mesmo que não haja sucesso, valerá a pena por permitir a instalação de uma plataforma produtiva em Biomanguinhos que não temos no país, segundo seu diretor”, argumentou Eduardo Costa.

Com as revelações dos detalhes do acordo do governo brasileiro com a AstraZeneca nesta quinta-feira (08), o país toma conhecimento de que as exigências da multinacional, que eram secretas, são mais duras do que deviam ser e merecem ser melhor debatidas.

EXIGÊNCIAS RESTRINGEM AUTONOMIA DAS INSTIUIÇÕES BRASILEIRAS

Essas exigências restringem a autonomia das instituições brasileiras e deixam em aberto os custos finais da aquisição das doses para a vacinação da população brasileira. O professor Eduardo Costa, por exemplo, afirmou ao HP que “a presidente da FioCruz deverá dar maiores explicações sobre esses itens, já que ela avalizou o negócio”.

As cláusulas que vieram a público agora mostram que o país poderá ter que desembolsar muito mais recursos pelas doses da vacina porque ficarão na dependência de a empresa considerar o fim ou não da pandemia. Também definem que a patente será mantida em poder da empresa britânica e que o Brasil deverá pagar por sua utilização.

Além disso, outra cláusula restritiva impede que o Brasil possa doar ou comercializar qualquer dose da vacina fora de seu território, mesmo a que for produzida no Brasil. A cláusula diz explicitamente que seu uso só é permitido no “mercado público brasileiro”.

SÉRGIO CRUZ

STF mantém tornozeleira eletrônica na deputada assassina Flordelis

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou um pedido apresentado pela defesa de Flordelis (PSD-RJ) para suspender o uso de tornozeleira eletrônica.

A deputada federal é acusada de ter sido mandante do assassinato do marido, o pastor Anderson do Carmo, e só não foi presa porque tem imunidade parlamentar.

“Pelo exposto, nego seguimento ao presente habeas corpus (§ 1º do art. 21 do Regimento Interno do STF,

prejudicada a medida liminar requerida”, escreveu a ministra na decisão, que data do último dia 8 de outubro. Cármen Lúcia é relatora do processo no STF.

O uso da tornozeleira eletrônica por Flordelis foi determinado em 18 de setembro pela juíza Nearis dos Santos Carvalho Arce, da 3ª Vara Criminal de Niterói (RJ). Na ocasião, a magistrada também impôs um recolhimento domiciliar noturno, obrigando a deputada a permanecer em casa das 23h às 6h.



Testes da vacina foram suspensos por cinco dias em setembro para avaliação de supostos riscos de reações adversas nos voluntários que receberam a dose

Deixem o Caetano falar!

VALÉRIO BEMFICA*

O juiz da 161ª Zona Eleitoral de Porto Alegre resolveu proibir um evento fechado na internet, uma live, que Caetano Veloso promoverá no dia 7 de novembro a fim de arrecadar recursos para a campanha de Manuela D’Ávila à Prefeitura da cidade, sob o falso argumento de que se tratava de um “showmício”, proibido pela Lei Eleitoral. Nada mais falso. Atendeu ao pedido de um candidato que sonha em comer algumas migalhas do bolsonarismo na eleição para prefeito, e que, com justiça, habita a rabeira das pesquisas eleitorais. A decisão, felizmente, é liminar (provisória).

A vedação prevista em lei destina-se, supostamente, a coibir o abuso do poder econômico nas eleições. O parágrafo 6º do artigo 39 da Lei 9.504/97, imediatamente anterior ao que fala em showmício, proíbe a distribuição de “de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor”. O parágrafo 8º, imediatamente posterior, proíbe o uso de outdoors. E o parágrafo 7º, no qual o juiz tenta alijar sua decisão, é claro: proíbe-se a participação de artistas “com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral”. O show é considerado pela lei como um “presente” do candidato aos eleitores. Por isso é proibido. Alguns anos atrás as campanhas mais abastadas costumavam contratar os artistas da moda para seus eventos. O efeito era bastante duvidoso: o mesmo artista fazia shows para candidatos diferentes e, não raro, concorrentes. Muitas vezes o candidato era vaiado ao tentar interromper o show e fazer sua propaganda. Talvez seja por isso que os grandes partidos não tenham se insurgido contra a proibição: o showmício era caro e pouco eficiente.

Mas o evento proposto por Caetano é o inverso disso! Não é um “presente” que Manuela dará a seus eleitores. Ninguém assistirá à live gratuitamente, mas terá de pagar por isso. É uma contribuição - legal e comunicada ao Tribunal Eleitoral - que Caetano e outros apoiadores darão a Manuela. O Artigo 23º da lei, em seu inciso V, prevê claramente como uma das formas de arrecadação de recursos para campanhas eleitorais a “comercialização de bens e/ou serviços, ou promoção de eventos de arrecadação”. E é exatamente isso que será realizado: um evento para arrecadação de recursos. A lei é cristalina: um candidato não pode oferecer, gratuitamente, um churrasco para eleitores. Mas pode promover um churrasco – onde as pessoas compreem ingresso – para arrecadar recursos para a sua campanha. É isso é bastante comum. Não é preciso que o magistrado tenha “posgrado em La Coruña” para entender a diferença entre as duas coisas. Basta bom-senso. Mesmo o candidato nanico que solicitou a suspensão do evento sabe. Ao último, entretanto, além de

*Si se calla el cantor calla la vida
Porque la vida, la vida misma es todo un canto
Si se calla el cantor, muere de espanto
La esperanza, la luz y la alegría
(Horácio Guarany)*



O cantor e compositor Caetano Veloso e Manuela D’Ávila (PCdoB), candidata a prefeita de Porto Alegre

bom-senso, falta vergonha na cara.

O que dissemos até aqui é mais do que suficiente para convencer o nosso leitor habitual do quão estúpida e absurda é a decisão de impedir que um dos mais importantes artistas brasileiros expresse seu apoio eleitoral e se engaje em uma campanha. Mas pedimos licença para ir além. E vamos começar justamente por aí: quem está sendo censurado e por apoiar quem. E, não menos importante, quem clamou por tal censura.

Em 1969 Caetano Veloso foi preso pela ditadura. Mesmo não sendo militante de nenhuma organização clandestina, não tendo cometido nenhum ato ilegal, não tendo dirigido qualquer impropério ao ditador de plantão, foi parar na solitária. Seu comportamento incomodava os poderosos e moralistas de plantão. Precisou amargar alguns anos de exílio. E não se dobrou. Nos dias atuais Caetano tem se destacado no meio artístico por suas posições firmes na defesa da democracia. Sem medo, enfrentou o astrólogo-gurubufão da Virgínia e posicionou-se claramente em apoio a candidatos de esquerda contra o bolsonarismo (além da campanha de Manuela, Caetano pretende também apoiar a de Guilherme Boulos em São Paulo). Ou seja, um típico representante do que o muar-em-chefe e seus acólitos chamam de “marxismo cultural”. Uma voz a ser calada.

Já Manuela é mulher, jovem e... comunista! Não vê Jesus em goiabeiras, não acha que a mulher deve ser submissa ao homem, não acha que a mulher é culpada pelos abusos que sofre. E mais: inteligente e preparada, desponta nas pesquisas como candidata favorita à Prefeitura – no linguajar dos gaúchos, “com meia cancha de vantagem”. Ousa denunciar os desmandos e políticas deletérias do governo do capitão-fujão. Não se intimida diante da avalanche de fake news vomitadas pelo gabinete do ódio e apresenta-se como alternativa real para ser a primeira prefeita da capital gaúcha. Outra voz a ser silenciada!

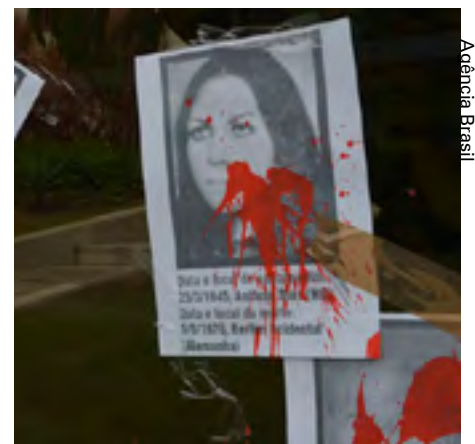
E quem clama pela censura? Um candidato que sonha com o apoio da família miliciana, como se isso fosse garantir sua eleição. Ganhou um comentário genérico do filho zero-qualquer-coisa no facebook. Mas o Dudu

Bananinha não se deu nem ao trabalho de mencionar o seu nome... Nem nós nos daremos.

Resta-nos ainda fazer alguns comentários sobre o suposto rigor dos tribunais em garantir a lisura do pleito. O Brasil conta com uma Justiça Eleitoral autônoma. É um fato positivo, conquista da Revolução de 30, que acabou com o voto de cabresto, característico do Império e da República Velha. Isso não significa, porém, que o mecanismo funcione perfeitamente. A elaboração das leis está sujeita às pressões e interesses dos poderosos. E sua interpretação e aplicação também. E vivemos em um momento em que reina um certo obscurantismo, com terraplanistas pontificando sobre ciência e vestais de cabaré sobre ética. Invertendo-se a lógica da mulher de Cézar, não é preciso ser honesto, só é preciso parecer honesto. Por esta lógica, Guilherme Boulos é punido pois a figura do ator Wagner Moura apareceu por 6 segundos em sua propaganda eleitoral. A lei só permitia 5! Mas um outro candidato gastar todo o seu tempo alegando ser amigo do Presidente e dizendo que por isso seria a melhor alternativa para a cidade, tudo bem. O Caetano colaborar com a campanha da Manuela é abuso. A família Mattar, dona da Localiza, que ganha fortunas revendendo carros que comprou com isenção de impostos, distribuir elevadas somas para candidatos é legal. O véio da Havan ter dinheiro para financiar candidatos, mas deixar de recolher o INSS dos empregados é normal.

O rigor da Lei e de sua aplicação não podem matar a política. Não podem servir para beneficiar os poderosos, para silenciar o povo e para impedir a sua mobilização. A participação de artistas em campanhas eleitorais sempre ocorreu no Brasil. E, em geral, eles estavam ao lado dos candidatos populares. O showmício foi invenção dos candidatos sem povo. Pagavam caro e tinham baixo rendimento. Resolveram proibir, mas, para manter a vantagem, tentam impedir que os artistas realmente comprometidos com as causas progressistas também participem. Mas no meio do caminho tinha um Caetano... Não calarão o cantor!

(*) Presidente do CPC da UMES-SP



Protesto em frente à casa de Ustra em 2014

Comissão Arns repudia exaltação de Mourão ao torturador Brilhante Ustra

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns publicou uma carta de repúdio à fala do vice-presidente da república, Hamilton Mourão, em que elogiou e defendeu o torturador coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

A declaração de Mourão aconteceu na última quinta-feira (8), durante entrevista ao programa de TV Conflict Zone, da rede alemã Deutsche Welle.

Ao ser questionado sobre a idolatria do presidente Jair Bolsonaro por um dos mais conhecidos torturadores do período em que a ditadura esteve no poder no Brasil, o vice-presidente Mourão afirmou que Brilhante Ustra “era um homem de honra e um homem que respeitava os direitos humanos de seus subordinados”.

A Comissão Arns manifestou que as palavras do vice-presidente desonram as Forças Armadas e agredem a dignidade dos que foram vítimas de Ustra, condenado pela Justiça por seus crimes.

“Ao insistir em reverenciar o carasco, [Mourão] fere mais uma vez o decoro do cargo em que foi investido sob juramento de respeitar a Constituição. E ela que nos ensina: ‘Tortura é crime inafiançável, insuscetível de graça ou anistia’”, diz a carta.

O texto é endossado pela liderança indígena Ailton Krenak, pelo ex-ministro da Justiça José Gregori, pela professora titular aposentada da USP e pela doutora em filosofia da educação e fundadora do Geledés, Sueli Carneiro.

Reitores celebram retirada das universidades paulistas e da Fapesp do PL 529/20

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) comemorou o recuo do governo João Doria (PSDB) que decidiu retirar as ameaças à autonomia universitária e o seu financiamento do Projeto de Lei 529/2020.

Há duas semanas, o PL 529/2020, que prevê uma política de arrocho fiscal de cerca de R\$ 10 bilhões com vendas e extinções de empresas e autarquias, sofre repetidas derrotas no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). O projeto é de autoria da equipe econômica do governo paulista, chefiada por Henrique Meirelles.

O projeto afetaria diretamente o planejamento e a gestão das universidades estaduais paulistas e da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp) ao determinar a transferência do pretenso “superávit financeiro” de 2019, registrado no balanço patrimonial, “para o pagamento de aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social do Estado”.

A base governista na Alesp prometeu retirar ao menos três trechos da proposta do pacote fiscal, que está há cerca de duas semanas travada no plenário da Casa.

O líder do governo, deputado Carlão Pignatari (PSDB), se comprometeu em destacar do projeto a extinção de quatro entidades, as novas regras do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e um artigo que obrigaria universidades estaduais e a Fapesp a repassar seus superávits financeiros em 2019 à conta única do Tesouro estadual.

Com isso serão poupadas da extinção a Fundação para o Remédio Popular (Furp), a Fundação Oncocentro (Fosp), o Instituto de Medicina Social e de Criminologia (Imesc) e a Fundação Instituto de Terras (Itesp). A exclusão das regras só deve ser garantida após o término da votação. Todos os itens devem entrar de forma separada no roteiro de votação do projeto, segundo Pignatari.

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) divulgou uma nota na qual comemorou o compromisso do governo em retirar o trecho que trava do repasse de superávits ao Tesouro.

O impacto era calculado em até R\$ 1 bilhão nas contas das universidades e da Fapesp. “Felizmente, vários parlamentares e lideranças da sociedade civil sensibilizaram-se com os argumentos do Cruesp e da comunidade acadêmica e manifestaram apoio intransigente à autonomia universitária”, diz a nota dos reitores.

Reprodução



Edna Costa lança campanha em defesa de creches, mais verba para a saúde e cultura

Na noite desta quarta-feira (7), foi realizado o lançamento da candidatura de Edna Costa (PCdoB-PE) para a Câmara de Vereadores de Recife. O lançamento online foi transmitido através das redes sociais e contou com a participação da vice-governadora e presidente do partido, Luciana Santos, da deputada federal, Jandira Feghali (RJ) e do deputado federal Renildo Calheiros (PE). O encontro também contou com a participação da cantora e compositora Joannah Flor.

Vereadora na capital pernambucana por três mandatos (1982-1996), Edna iniciou a militância no movimento estudantil, ainda sob a ditadura militar. Como centro de sua campanha, a candidata destacou que se colocou para disputar o pleito para “lutar contra as desigualdades, defender as mulheres, defender as negras e os negros, defender o índio e defender a nossa cultura, porque cultura é identidade de uma nação”.

“O lançamento da sua candidatura já começa do jeito que você é: alegre, com essa combinação da luta com a arte, e você é uma referência para todas nós”, afirmou Luciana Santos, presidente nacional do PCdoB. “Você abriu alas para as lutas populares na história do Recife e de Pernambuco. Dedicou a sua vida às causas da inclusão social, da democracia, das mulheres, por políticas públicas arrojadas, a experiência na luta das mulheres por habitação popular. Você carrega uma história linda e grande disposição de lutar. É uma mulher que acredita que Recife tem jeito, e que nosso Brasil tem jeito. Não será uma vereadora de gabinete, como nunca foi em seus mandatos. Será uma vereadora de luta contra essa agenda bolsonarista antidemocrática e de ataque aos direitos do povo”, destacou Luciana.

O deputado federal Renildo Calheiros lembrou do compromisso de Edna com o povo pernambucano. “A Edna é uma amiga de muitos anos, nos conhecemos no movimento estudantil há muito tempo. Edna sempre uma guerreira, uma mulher de muita luta, de muita seriedade, de muita combatividade. Tive o prazer de conviver com ela esses anos todos e ela sempre se destacou pela defesa dos direitos do povo, na luta dos trabalhadores”, disse Renildo.

O PCdoB em Recife declarou apoio à candidatura do deputado federal João Campos (PSB) para a prefeitura da cidade. Edna enfatizou que essa aliança terá um papel importante para garantir que os orçamentos do município, do estado e da União, sejam destinados a investimentos que respondam às necessidades do povo.

“Vou brigar pelo o orçamento, por isso eu quero que seja João Campos o prefeito. Porque eu quero, junto com ele, brigar contra os dispositivos que causam os cortes que estão ocorrendo no orçamento. Essa EC 95 [Emenda Constitucional do teto de gastos] é um crime! Um congelamento por 20 anos que foi aprovado e o governo Bolsonaro, achando pouco, quer cortar agora 4 bilhões e 200 milhões da educação para 2021. Nós não vamos permitir”, disse Edna.

CRECHES

Em Pernambuco, cerca de 20% das crianças nessa faixa etária ainda não estavam matriculadas em creches, em 2017. Ainda segundo a pesquisa, 52,1% das mães com filhos de 0 a 3 anos trabalhariam se houvesse creche.

“Vou brigar pelo orçamento para que tenha creches. Quero que João Campos dê essa prioridade e vou brigar muito por isso. Eu quero, junto com ele, conseguir as creches, e não como um depósito de crianças, mas que sejam creches de qualidade com horário integral, que tenham psicopedagogas, que tenham fonoaudiólogas, que tenham todo um acompanhamento psicopedagógico para as crianças, e que as mães possam deixar seus filhos no local tranquilas. Porque o que emancipa uma mulher, o que faz com que ela tenha condição de se emancipar, é ela ter emprego, creche e moradia. Isso dá estabilidade para a mulher correr atrás e enfrentar as desigualdades, defendeu Edna.

SAÚDE

“O fortalecimento do SUS é fundamental. Se nós não tivéssemos o SUS, do qual vivem tirando recurso, o qual não fortalecem, principalmente esse governo que está aí, tão importante nessa pandemia, se não existisse o SUS, a quantidade de mortes pela Covid-19 seria muito maior. Foi o que salvou muitas vidas. Foi o SUS”, ressaltou Edna Costa.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) afirmou que acredita em mais um mandato à Edna “não só para lutar contra as desigualdades, pela luta por direitos, por liberdade, mas para que as mulheres tenham mais vez, mais voz e serem protagonistas da sua própria história”.

CULTURA

Edna destacou também a importância da cultura popular para a identidade e soberania do povo, elemento presente nas atividades que realiza e realizou durante anos, como o festejo de São João na Vila Cardeal, além de eventos culturais em homenagem às mulheres que ocorrem anualmente.

“Vou brigar muito, nós queremos uma escola que tenha além das aulas oficiais, tenha também aula de música, de teatro, de poesia, de atividades esportivas, porque tudo isso engrandece e desenvolve a criança e essa criança tem condições de enfrentar a vida com mais estrutura e conhecimento”, afirmou Edna.

A presidente da Associação dos Forrozeiros de Pernambuco, Tereza Accioly, também falou sobre a importância de a educação andar junto com a cultura. “Temos que levar a cultura para a sala de aula, onde a criança vai aprender a cultura de seu estado. E nós [pernambucanos] que temos uma cultura riquíssima, com diversos ritmos catalogados, os estudantes precisam aprender isso”, afirmou Tereza.

“Quando a gente luta para ter mais mulheres no poder, para eleger mais mulheres, não é apenas porque a gente acha que a mulher também tem que estar lá. É porque a gente sabe que quando uma mulher negra, arretada, uma mulher que não alivia para ninguém enquanto não vê o povo brasileiro comendo, com mulheres ganhando a mesma coisa que os homens para o mesmo trabalho realizado, com creches também a noite para que as mulheres possam, também, estudar”, disse Márcia Campos, da Secretaria Nacional de Mulheres do PCdoB.

O lançamento contou ainda com a participação de artistas como Sônia Sinimbu e Rejane Mansur que declararam seu apoio a Edna, seguindo com pequenas apresentações.

Câmara dos Deputados



André Figueiredo defende que ‘estudo’ da privatização seja suspenso

Mayke Toscano/Secom-MT/Fotos Públicas



Apenas no mês de setembro, 14% de toda a área do Pantanal pegou fogo

Queimadas já causaram a destruição de 26,5% do bioma do Pantanal, aponta INPE

De acordo com dados da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que atua junto com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) no monitoramento do Pantanal, 26,5% de todo o bioma já foi queimado entre janeiro e setembro deste ano. Apenas em setembro, 14% de toda a área do Pantanal pegou fogo.

É a maior devastação desde 2002, quando foram iniciadas as medições. O fogo já atingiu cerca de 33 mil km² da área.

Com a pior seca em décadas, chuvas abaixo da média, e o descalço do governo em relação às queimadas, a destruição da maior planície alagada do mundo, de enor-

me biodiversidade, terá impactos ambientais e socioeconômicos incalculáveis.

Mas, apesar do clima, especialistas afirmam que a maior parte dos focos de incêndio foram provocados pela ação humana. Fazendeiros e agricultores da região usam a queima para manejo de pastagem, para desmatar e para o plantio de roças.

Enquanto isso, a queda de autuações e fiscalizações do Ibama contra infratores foi de mais de 48% na região.

Diante de um país que está literalmente pegando fogo, pois as queimadas recorde desde o início do ano acontecem também na

Amazônia e no Pampa, o governo, totalmente omisso diante da catástrofe, envia brigadas de miseros 40 homens para ajudar a debelar o fogo e ainda tem a desfaçatez de declarar, por meio do ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, que ainda “não teve tempo” para cuidar da Amazônia e do Pantanal.

“Nós sabemos exatamente o que temos de fazer na Amazônia brasileira e no Pantanal, só que não houve tempo ainda de colocar em prática, de colocar gente para fazer isso”, afirmou o ministro no início da semana.

Omisso, governo põe culpa nos estados e no STF

Em meio às fortes críticas ante a indiferença do governo Bolsonaro com o trágico cenário descortinao pelos incêndios no Pantanal, o secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ronney Matsui, culpou os estados da região e o Supremo Tribunal Federal (STF) pela demora no emprego da Força Nacional para combater as queimadas que devastam o bioma.

Na sexta reunião da comissão da Câmara dos Deputados que estuda estratégias de combate às queimadas, realizada na semana passada, (terça-feira, 6), ele alegou que só foi possível planejar as ações do governo federal, com o emprego de bombeiros e policiais militares no combate aos incêndios florestais, no final de setembro.

“Há uma questão judicial que acabou tornando a questão não tão imediata, uma decisão de 24 de setembro, do plenário do STF, que impediu a ação unilateral da Força Nacional, ou seja, sem solicitação ou anuência do Estado”, disse.

Matsui afirmou que os pedidos para intervenção da Força Nacional vieram apenas nos dias 21 e 28, por parte, respectivamente, dos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

“A partir de então, fizemos uma aproximação buscando realizar um diagnóstico. Os estados, por

conta do início das chuvas, acreditaram que isso amenizaria os incêndios”, disse.

“Verificamos que eles estavam com problemas de logística. Precisavam principalmente de aeronaves, não somente de pessoal, para levar as equipes aos locais de incêndio, que eram em áreas remotas. Só mandar pessoas não resolveria o problema. Nós precisaríamos articular e conseguir apoio aéreo. Diante dessa situação, o Ministério da Justiça ficou de prontidão até que conseguimos fazer esse levantamento das necessidades”, acrescentou.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que integra a Comissão Externa Destinada a Acompanhar e Promover Estratégia Nacional para Enfrentar as Queimadas em Biomas Brasileiros, lembrou, no entanto, que as queimadas já ocorriam muito antes da decisão do STF.

“Empregaram a Força Nacional no Sul da Bahia por uma questão ideológica e não colocaram para combater as queimadas”, observou.

O parlamentar se referia ao episódio em que a Força Nacional de Segurança foi empregada, entre agosto e setembro, em um assentamento de trabalhadores sem terra na região Sul da Bahia. Na ocasião, o efetivo atuou sob o pretexto de garantir a segurança de trabalhadores do Incra

(Instituto Nacional de Reforma Agrária), sem a anuência do governo estadual.

A Força Nacional foi retirada da região após decisão do Supremo.

Teixeira também cobrou do subchefe de operações conjuntas do Ministério da Defesa, general José Eduardo Leal de Oliveira, a presença no combate aos incêndios dos aviões Hércules C-130, que podem carregar até 12 mil litros de água.

“General, pega as Forças Armadas e acaba com esse fogo, põe todos os Hércules lá, mostra força diante do fogo. Estamos vendo o fogo se alastrar. Poderíamos ver uma ação muito mais forte no Pantanal do que nós estamos tendo”, afirmou.

O militar alegou que haveria limitações para o emprego da aeronave Hércules em algumas regiões, como em Mato Grosso, porque o avião exige uma estrutura maior para realizar pousos. Os Hércules são usados em Mato Grosso do Sul e na Amazônia.

Já o secretário-executivo adjunto do Ministério do Meio Ambiente, Eduardo Lunaderlli Novaes, atribuiu a alta nas queimadas neste ano às condições climáticas excepcionais, mas evitou responder questionamento dos parlamentares sobre os motivos do atraso na contratação e treinamento de brigadistas para enfrentar os incêndios ambientais.

Conforme o deputado André Figueiredo, a privatização do serviço é inconstitucional

O deputado federal do PDT-CE e ex-ministro da Comunicação, André Figueiredo, apresentou um Projeto de Decreto Legislativo (PDL 422/2020) que suspende o contrato entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Consórcio Postar, que tem o objetivo de viabilizar a privatização dos Correios.

O contrato foi firmado com valor de R\$ 7,8 milhões com a consultoria Accenture e o escritório de advocacia Machado Meyer, que compõem o consórcio, em licitação concluída no mês de agosto.

O texto apresentado pelo parlamentar afirma que o serviço postal é prestado hoje pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) e que, conforme a Constituição, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que os Correios devem atuar em regime exclusivo no serviço postal.

“Essa transformação da natureza do serviço postal no Brasil, contudo, depende anteriormente de emenda à Constituição, haja vista que, nos termos do seu inciso X do artigo 21, compete à União mantê-lo, o que traduz serviço público exclusivo, executado em regime de privilégio (coloquialmente chamado de monopólio), no caso, diretamente, pela EBCT”.

“A propósito, nesse sen-

tido decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 46, assentando que tal serviço público é exercido em regime de privilégio exclusivo pela União através dos Correios (ADPF 46, Red. p/ Ac. Min. Eros Grau, Pleno, julgado em 05/08/2009)”, afirma o deputado na justificativa do texto.

O parlamentar apresentou também outras três iniciativas similares, sustentando atos do Poder Executivo relacionados à tentativa de privatização dos Correios:

O PDL 424/20, que suspende a Resolução 89/19 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, que possibilitou o contrato entre BNDES e Postar, autorizando a contratação de pareceres e estudos sobre o setor postal;

O PDL 425/20, que susta o Decreto 10.066/19, que colocou os Correios na lista das estatais federais passíveis de privatização,

E o PDL 426/20, que derruba o Decreto 9.589/18, referente aos processos de desestatização de empresas controladas diretamente pela União.

A proposta tramita agora na Câmara dos Deputados e, se aprovada, segue para revisão no Senado, sendo transformado em lei sem a necessidade de sanção presidencial.



Jorge Araújo/Fotos Públicas

Latam faz chantagem e propõe corte permanente de salário ou nova demissão em massa

A companhia aérea Latam está tentando se aproveitar da pandemia para coagir os trabalhadores e cortar em definitivo os salários dos tripulantes. As discussões sobre um novo acordo coletivo de trabalho (ACT) com o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) para estabelecer a redução salarial está sendo mediada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que deve encaminhar os próximos passos das tratativas.

Desde o primeiro semestre, a empresa tenta reduzir os salários da categoria devido aos impactos da pandemia, porém a proposta foi negada quase por unanimidade nas assembleias (90%) que trataram do tema. Como chantagem, no fim de julho, a Latam anunciou a demissão de 2,7 mil tripulantes.

No último dia 22, a empresa disse que ainda tinha um “excesso” de 1,2 mil tripulantes e que, sem um acordo para redução permanente de salários, iria promover novas demissões, intensificando a chantagem.

Ainda no dia 22, o SNA foi cobrado pela Justiça do Trabalho a fazer um novo levantamento com

a categoria sobre as propostas da Latam, conforme despacho do ministro do TST, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho. No documento, o ministro concedeu 10 dias ao sindicato para submeter a proposta da empresa à discussão da categoria.

Em cumprimento da decisão, a votação online foi realizada na quinta e sexta-feira, 1º e 2 de outubro, e os tripulantes da Latam autorizaram que a diretoria do SNA negociasse com a empresa mudanças permanentes no modelo de remuneração. Entre os comandantes, 65,5% foram favoráveis ao início das conversas. Entre os copilotos e comissários, os percentuais favoráveis foram de 65,4% e 55,7%, respectivamente.

“Diante deste resultado, o SNA irá apresentar a resposta da categoria para o TST (Tribunal Superior do Trabalho), mediador da negociação com a Latam, que encaminhará os próximos passos”, disse o SNA, em comunicado publicado no portal da categoria.

De acordo com o TST, a Latam é a primeira empresa no Brasil a propor redução permanente de salário, baseada na reforma trabalhista de 2017.



Helen H. Richardson - The Denver Post

Ato em Denver rechaça a indicação Precipitar escolha de juíza à Corte Suprema ameaça a democracia, afirmam cinco mil juristas dos EUA

“Correria para confirmar a juíza Amy Coney Barrett causará dano irreparável à fé pública da Suprema Corte, à norma legal e à nossa democracia”, denunciam os juristas.

Com a audiência do Comitê Judiciário do Senado programada para começar na segunda (12), mais de 5.000 juristas lançaram uma carta aberta, na sexta-feira, chamando os senadores a “defender as vidas e os direitos fundamentais de todos os norte-americanos” recusando-se a confirmar a indicada por Trump para a Suprema Corte, juíza Amy Coney Barrett.

Essa tem sido a batalha central que tem mobilizado as lideranças das duas casas do Congresso dos Estados Unidos desde a morte da juíza Ruth Bader Ginsburg, em setembro.

Advogados defensores dos direitos dos cidadãos têm advertido para a “ideologia extremada” da juíza Barrett.

A organização “Advogados por um bom governo” (L4GG, sigla em inglês), junto com a “Aliança por Justiça” (entidade que federa outras 120 organizações defensoras dos direitos humanos) fizeram a entrega do documento aos senadores.

“Senadores e advogados têm um dever em comum: juramos defender a Constituição dos Estados Unidos”, diz a carta.

“Este juramento, juntamente com nosso profundo compromisso com a preservação da lei e dos fundamentos de nossa democracia, nos impele a instar veementemente aos senhores a que votem contra esta confirmação”, prosseguem os formuladores da carta. A presidente da L4GG, Traci Feit Love, se baseou neste juramento para declarar que “é nosso dever tomar posição neste momento crítico de nossa história”.

“Os direitos fundamentais de centenas de milhões de americanos estão em risco.

Essa correria para confirmar a juíza traz, entre os riscos citados pelos autores da carta a supressão de “direitos constitucionais, proteção legal, inclusive a nossa democracia, perda de proteção para as mulheres, os negros, os deficientes, os imigrantes, trabalhadores, consumidores” e até o direito a “ar puro e água”.

Com base no histórico de posicionamentos da juíza que Trump indica, os advogados afirmam que ela “voltará as costas a estes direitos básicos”.

Por fim, os juristas lembraram aos senadores que, ao invés de correrem atrás dessa precipitação de Trump, em meio à pandemia, os senadores deveriam focar nas questões de saúde e nas necessidades econômicas de todo o país e indicam que pesquisas recentes mostram que ¾ dos norte-americanos consideram que a prioridade do Senado é fornecer os elementos para que se proceda ao auxílio emergencial extremamente necessário neste momento crítico.

Chilenos lotam Santiago em apoio a plebiscito constitucional

Na Praça Baquedano, da capital chilena Santiago, rebatizada como Praça da Dignidade após o levante social de outubro do ano passado, aconteceram novas e enormes manifestações, na sexta-feira (9), às portas do processo constituinte, que iniciará com um Plebiscito no próximo dia 25.

Milhares de pessoas tomaram o centro da cidade em um protesto que, além da defesa das bandeiras já tradicionais de saúde, educação e previdência, condenou a ação criminosa de um ‘carabiniro’ [membro das forças de segurança no país andino], identificado como Sebastián Zamora, que empurrara um garoto de 16 anos, que participava da manifestação, desde a ponte Pio Nono, jogando-o ao leito do rio Mapocho.

Panelaços e várias marchas se unificaram com uma mesma palavra de ordem: “Ele não caiu, o jogaram”. O governo de Piñera tentou a versão de que teria sido um acidente, porém tudo ficou documentado em poucas horas através de um vídeo, obrigando as autoridades a deter o ‘carabiniro’. O jovem Anthony, apesar da gravidade da agressão que sofreu, segue detido, e isso tem gerado grande indignação.

A proximidade do aniversário da revolta social que começou em 18 de

outubro de 2019 com o lema “Não são 30 pesos, são 30 anos”, rechaçando o aumento dos bilhetes do metrô, mas questionando toda a herança nefasta da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), e sua Constituição válida até hoje, é considerado pelos observadores como um estopim dos protestos nos próximos dias.

As medidas pífias de Piñera para enfrentar a crise sanitária do Covid, com um sistema de saúde totalmente privatizado que não teve as mais elementares condições estruturais para enfrentar a pandemia (com uma população de pouco mais de 19 milhões de habitantes, o país teve 480 mil casos e mais de 13 mil mortes), uma lei de suposta proteção do emprego que deixou milhões de pessoas sem trabalho, e a violência contra as manifestações, acirraram os problemas que estiveram por trás dos protestos durante os meses que antecederam à pandemia.

O referendo para decidir sobre a elaboração da nova Constituição que supere a atual, elaborada pela ditadura de Pinochet, foi estabelecido após acordo entre oposição e governo, em novembro de 2019, e foi uma das vitórias da revolta social, quando milhões de chilenos foram às ruas todos os dias, durante semanas, exigindo o fim do nefasto modelo que impera no país.

Corte grega: partido nazista ‘Aurora Dourada’ é “organização criminosa”



“Fascismo nunca mais”, afirma a faixa estendida em meio à multidão de manifestantes atenienses reunidos em apoio ao banimento da gangue nazista

Bolívia: Arce amplia vantagem às vésperas da eleição presidencial

A poucos dias das eleições presidenciais na Bolívia, a última pesquisa eleitoral elaborada pelo instituto Ciesmori para a rede Unitel, divulgada no domingo (11), indica que o candidato do Movimento Ao Socialismo, MAS, Luis Arce Catacora, deve vencer com 42,2% dos votos válidos.

O segundo colocado nestas pesquisas é Carlos Mesa que concorre pelo partido Comunidade Cidadã (CC), com 33,1% das preferências.

Esse resultado coloca Arce a menos de um ponto percentual para ganhar no primeiro turno as eleições gerais marcadas para o próximo dia 18 de outubro. Isto porque a Lei Eleitoral boliviana determina que se o candidato vencedor conquista mais do que 40% dos votos e estabelece uma vantagem de 10 pontos percentuais em relação ao segundo colocado é proclamado presidente do Estado Plurinacional já no primeiro turno.

O economista Luis Arce, ministro da Economia no governo de Evo Morales desde 2006 até novembro de 2019, destacou-se como arquiteto do “milagre boliviano”: foram 14 anos de crescimento econômico constante, combinado à redução da pobreza, da desigualdade e à aplicação dos programas de industrialização do gás natural do país, das indústrias de petróleo e dos primeiros passos da industrialização do lítio.

Ele coordenou a nacionalização da indústria de hidrocarbonetos, o estabelecimento de uma série de programas sociais, o reconhecimento do setor “social-popular” da economia e orientou o aumento significativo do salário mínimo do país.

Seu companheiro de chapa é David Choquehuanca, representante dos movimentos sociais do país, assim como da filosofia indígena aymara do “Bem Viver”.

Em relação ao amplo apoio, que vai além do “voto já fechado” com o MAS, Arce disse que é cada vez maior o número de microempresários,



Arce com jornalistas de diversos meios de comunicação

empresários, “muita gente da classe média e inclusive da alta que sabe que para não perder o que têm precisam de um governo que invista no desenvolvimento, na produção e garanta segurança econômica”.

Porém, Arce advertiu que “nós vemos os resultados das pesquisas sempre com cautela, sabemos que a proposta do MAS, o único partido que propõe e tem alternativas, é amplamente acolhida”, frisando que “estamos atravessando uma profunda crise econômica, que também requer soluções profundas” e que não se pode confiar em um governo – o de Jeanine Añez – que foi capaz de não respeitar a vontade popular:

CHAMADO À IMPRENSA

Em coletiva de imprensa no sábado (10), Arce convidou os jornalistas e os meios de comunicação a participarem na recuperação da Pátria e da democracia.

“Eu acredito que aqui a imprensa joga um papel protagonista e importante. Por isso é que tenho mencionado que recuperemos a Pátria junto com a imprensa”, disse o candidato do MAS no encontro com jornalistas de diferentes meios de comunicação no tradicional Mercado Lanza de La Paz.

Arce afirmou que o jornalismo é um pilar fundamental na Bolívia. “Exortamos os irmãos jornalistas, homens e mulheres que estão na rua cobrindo as notícias em contato direto com a nossa gente que

possam justamente contribuir a recuperar a Pátria, que é uma obrigação histórica e nós vamos respeitar a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa”, assinalou.

Durante entrevista na Argentina, onde reside desde que o governo auto-proclamado de Añez assumiu, o ex-presidente Evo Morales defendeu que a Bolívia deve superar um problema até agora não resolvido; precisa não só construir fortes meios de comunicação estatais como “também meios de comunicação do povo, da força social, bastante convictos”.

Neste contexto, Arce relatou que, quando era Ministro de Economia havia absoluta liberdade de imprensa a tal ponto que muitos davam uma de “opinadores”, e que agora alguns desses comentaristas funcionam como servidores públicos em altos cargos, mas não têm se colocado a tarefa de resolver os problemas econômicos do país.

Segundo o cronograma eleitoral oficial, os atos de encerramento de campanha poderão se realizar até a próxima quarta-feira (14), data escolhida pelo MAS para sua última mobilização antes da ida às urnas.

Luis Arce e David Choquehuanca participaram de um ato com os seus partidários em Senkata, em El Alto, a segunda maior cidade da Bolívia, perto da capital, La paz, e também se reunirão com os seus simpatizantes em Sacaba (Cochabamba).

Jornal chinês ironiza veto de Trump à entrada de comunistas nos EUA: “Mais talentos vão ficar”

“Muitos talentos notáveis na China são membros do Partido Comunista. A decisão dos EUA ajuda a manter mais talentos na China, não é ruim, pois tira ilusões”, afirmou Hu Xijin, editor-chefe do Global Times, jornal chinês, visto como porta-voz oficioso de Pequim.

A declaração foi em resposta à nova recaída no macartismo de parte do governo Trump, que proibiu na sexta-feira que filiados a Partido Comunista imigrem para os EUA, conforme a nova orientação dos Serviços de Cidadania e Imigração dos EUA (USCIS), com base em uma lei anti-China aprovada no Congresso. A nova “orientação” não cita explicitamente a China.

Como observou Hu, a restrição quanto à imigração imposta a membros do partido – mais de 90 milhões de filiados, dos quais dois milhões de estudantes – também levará os não-membros a pensarem duas vezes

antes de ingressar na ratoeira de Trump, já adocicada por termos como ‘chinavirus’ e ‘Kung Flu’, e com tantos supremacistas brancos sempre prontos a oferecerem o joelho ao peixeço alheio.

A resposta do editor-chefe Hu foi pelo Twitter. Nos últimos meses, o secretário de Estado, Mike Pompeo, passou a fazer profissão de fé anticomunista, e não consegue dormir sem antes conferir várias vezes embaixo da cama.

Após proibir com uma canetada os “imigrantes comunistas”, o regime Trump na Assembleia Geral deverá, como vem fazendo, votar contra a resolução da Rússia que condena a exaltação do nazismo.

A histeria anticomunista do regime Trump é parte da sua campanha de demonização da China que, sob a liderança do Partido Comunista Chinês, vem ultrapassando os EUA nos

mais diversos terrenos.

O que acabou se tornando ainda mais patente diante do desafio da pandemia. Enfrentada exemplarmente pela China, se tornou um desastre de costa a costa nos EUA, com o país visto como o caso mais acabado de fracasso contra o coronavírus. 210 mil mortos e mais de 7,4 milhões de contagiados.

As provocações do regime Trump contra a China incluem o virtual sequestro no Canadá da filha do fundador da Huawei, a gigante chinesa das telecomunicações e dos smartphones, a tentativa de expulsar a Huawei das cadeias globais de fornecimento de chips, a tentativa de roubo do aplicativo TikTok, a proibição do aplicativo WeChat, a guerra tarifária contra Pequim e a exigência de que a China não erga sua indústria própria de alta tecnologia.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

A multidão que aguardava na avenida diante do Palácio da Justiça aplaudiu intensamente o veredito proferido pela juíza Maria Lepenioti sentenciando o ‘Aurora’ como uma “organização criminosa”

O partido nazista Aurora Dourada foi declarado organização criminosa pelo Tribunal Penal de Atenas, na quarta-feira (07). A decisão foi anunciada após cinco anos de julgamento, por meio de uma ação que envolve assassinato e duas tentativas de homicídio.

A sentença do que é considerado um dos julgamentos mais importantes na história política da Grécia foi recebida com aplausos na sala de audiência, e muito comemorada pelas mais de 15 mil pessoas reunidas na frente do Palácio de Justiça. A juíza Maria Lepenioti, que presidiu o processo, declarou que o fundador e líder do partido, Nikos Michaloliakos, e outros membros importantes são culpados de “comandar uma organização criminosa” que ameaça a democracia no país.

Faixas onde se liam frases como “Eles não são inocentes” ou “O fascismo não é uma opinião, é um crime”, que também eram ditas pelos manifestantes, se espalharam pelo centro da capital grega. Também ecoavam palavras de ordem como “O medo não vencerá” e “Nazistas na cadeia!”.

Ao todo, foram julgadas 68 pessoas, incluindo 18 ex-deputados do partido, entre os quais figuram o euro-deputado independente Yiannis Lagos – que abandonou a agremiação no ano passado – e o ex-porta-voz, Ilias Kassidiaris. Os presentes no interior e nas cercanias do tribunal aplaudiram a leitura da sentença que condena os nazistas.

No coração de muitos a renhida e heroica luta encetada pelos gregos para vencer as forças fascistas e nazistas que ocuparam a Grécia na Segunda Guerra Mundial.

O Aurora Dourada foi fundado na década de 1980, originalmente como uma organização neonazista. Em 2012, o grupo – que funcionava ilegalmente – resolveu virar partido e disputar eleições parlamentares durante uma grave crise financeira que afetou o país, e teve até 7% dos votos, elegendo mais de 20 deputados. Em 2015, conseguiu eleger a terceira maior bancada do Parlamento. No entanto,

Dr. Fauci desautoriza propaganda enganosa por parte de Trump sobre resposta à pandemia

O principal infectologista dos EUA e da força-tarefa da Casa Branca contra a Covid-19, Dr. Anthony Fauci, precisou vir a público no domingo (11) para rechaçar propaganda enganosa da campanha à reeleição de Trump, em que parece dizer que “ninguém poderia ter feito mais” do que Trump na luta contra a pandemia.

“Os comentários atribuídos a mim sem minha permissão no anúncio da campanha do GOP [como é conhecido o Partido Republicano] foram tirados do contexto de uma declaração mais ampla que dei meses atrás sobre os esforços de funcionários federais de saúde pública”, afirmou o Dr. Fauci, em comunicado à imprensa.

Ele fez questão de enfatizar que em suas quase cinco décadas de serviço público, “nunca apoiou publicamente nenhum candidato político.”

Sua declaração à Fox News em março, na íntegra: “Tenho me dedicado quase todo o tempo a isso. Estou na Casa Branca praticamente todos os dias com a força-tarefa. E todo santo dia. Então, não consigo imaginar isso sob

em 2019, os dourados já estavam desgastado pelas barbaridades cometidas e não conseguiram eleger nenhum deputado, em meio à pressão popular gerada pelo julgamento de seus membros.

A decisão judicial desta quarta-feira baseia-se concretamente em quatro casos: o assassinato do rapper e ativista de esquerda Pavlos Fyssas em 2013, ataques a migrantes, atentados contra ativistas de esquerda e pela natureza criminosa do partido.

Um dos réus, Yorgos Roupakias, alto membro da organização, admitiu que estava por trás do assassinato de Fyssas. Ele pode ser sentenciado à prisão perpétua.

Nenhum dos integrantes da cúpula do grupo fascista esteve presente à audiência final do julgamento e, embora o tribunal até a quinta-feira, 8, não tinha informado quais são as penas, podem receber entre 5 e 15 anos de prisão.

A mobilização de milhares de pessoas foi convocada pelo movimento antifascista, sindicatos e partidos de esquerda. “O impacto do veredito deste julgamento emblemático ultrapassará amplamente as fronteiras da Grécia” e deverá significar que “os crimes de ódio já não serão mais tolerados”, assinalou Niels Muiznieks, diretor da Anistia Internacional na Europa.

Representantes de partidos de todo o espectro político, desde o partido conservador da Nova Democracia ao Partido Comunista da Grécia, estavam na manifestação.

“Pavlos, você ganhou!”, expressou a mãe do rapper, Magda, diante do tribunal, após o veredito. Chryssa Papadopoulou, advogada da família de Fyssas, afirmou que a decisão seria “um passo chave para a justiça e para o movimento antifascista” na Grécia e na Europa.

O tribunal também tratou de duas tentativas de homicídio nas quais estão implicados vários membros do mal chamado Amanhecer Dourado: um contra pescadores egípcios em 12 de junho de 2012 e o outro contra integrantes da central sindical PAME, em 12 de setembro de 2013.

Dr. Fauci desautoriza propaganda enganosa por parte de Trump sobre resposta à pandemia

quaisquer circunstâncias em que alguém poderia estar fazendo mais”.

É notória a luta hercúlea que tem sido travada pelo Dr. Fauci, respeitado internacionalmente e dentro do país por contribuições ao controle do HIV e do ebola, para manter algum nível de enfoque científico contra a pior pandemia em um século, sob um governo obscurantista como o de Trump.

Após o “evento superdisseminador” do coronavírus na Casa Branca no dia 26 de setembro – aliás, um evento sobre o qual o Dr. Fauci já se manifestara criticamente, em que o próprio Trump pegou Covid, o presidente bilionário vem tentando fazer de seu retorno do principal hospital militar dos EUA uma ‘volta por cima’, em relação às pesquisas e à reta final da campanha.

O novo vídeo de campanha tinha exatamente esse enfoque. “O presidente Trump está se recuperando do coronavírus, e a América, também” – afirmação cuja âncora é a imagem, à revelia, do cientista.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Com apoio de 26 países, China apresenta na ONU declaração contra sanções ilegais dos EUA

O representante permanente da China nas Nações Unidas, Zhang Jun, apresentou uma declaração conjunta em nome de 26 países, no Debate Geral do Terceiro Comitê da Assembleia Geral da ONU, denunciando os Estados Unidos e a União Europeia por violarem os direitos humanos, exigindo o fim imediato e completo das sanções unilaterais, repudiando seu efeito devastador em meio à pandemia do Covid-19.

Constatando que a pandemia continua afetando todas as nações, mas principalmente aos países em desenvolvimento, com menos recursos, o delegado chinês afirmou que a resposta para a recuperação da epidemia exige a solidariedade global e a cooperação internacional. “Porém, continuamos a testemunhar a aplicação de medidas coercitivas unilaterais, que são contrárias ao propósito e aos princípios da Carta da ONU e do direito internacional, ao multilateralismo e às normas básicas das relações internacionais”, afirmou.

Zhang Jun interveio em nome de Angola, Antígua e Barbuda, Belarus, Burundi, Camboja, República dos Camarões, China, Cuba, República Popular Democrática da Coreia, Guiné Equatorial, Eritreia, Irã, Laos, Mianmar, Namíbia, Nicarágua, Paquistão, Palestina, Rússia, São Vicente e Granadinas, Sudão do Sul, Sudão, Suriname, Síria, Venezuela e Zimbábue.

Uniu-se, assim, aos pedidos do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, da Alta Comissária para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, e de várias organizações para erradicar qualquer sanção unilateral porque obstaculizam a ajuda humanitária no meio da pandemia.

Denunciou ainda que essas medidas coercitivas têm um impacto inegável nos direitos humanos, pois impedem a realização completa do desenvolvimento social e econômico e obstruem o bem-estar da população nos países afetados, em particular das mulheres, crianças, incluindo adolescentes, idosos e portadores de deficiências.

Jun ressaltou também que “casos como a morte de George Floyd e o assassinato de Jacob Blake continuam ocorrendo e pessoas vulneráveis continuam sofrendo ou perdendo suas vidas devido ao racismo. Esses casos são um lembrete de que a discriminação racial, profundamente enraizada, a brutalidade policial e a desigualdade social ainda existem”, destacando que a taxa de mortalidade em decorrência da doença é “desproporcionalmente” mais alta em alguns setores da sociedade.

“Nós também expressamos nossa profunda preocupação com a situação de saúde dos migrantes em centros de detenção de imigração em certos países o que reflete uma forma contemporânea de discriminação racial”, disse.

Zhang Jun insistiu em que as sanções prejudicam o direito de saúde, pois dificultam o acesso a medicamentos e tecnologias médicas, equipamentos e suprimentos. “Isto é particularmente relevante no contexto da pandemia de COVID-19. Os funcionários de alto escalão da ONU e a comunidade internacional reconheceram o impacto pesado e negativo destas medidas”, mencionou.

O documento também reafirma a declaração do Grupo dos 77 e da China pedindo medidas urgentes e efetivas para eliminar o uso de medidas econômicas coercitivas unilaterais contra os países em desenvolvimento, assim como a declaração do Movimento dos Não-Alinhados que condena dessas medidas e pede sua eliminação para garantir a efetividade de respostas nacionais à COVID-19.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

FBI: bandos de supremacistas brancos são a maior ameaça terrorista dos EUA

Desde que Donald Trump está na Casa Branca, grupos armados de extrema direita se converteram, segundo a polícia federal norte-americana, na principal ameaça terrorista do país.

Os grupos paramilitares com ideologia de ultradireita não é de agora que existem nos Estados Unidos, mais tomaram mais espaço com o atual governo, como mostra a participação desses setores no início de extrema direita de Charlottesville, Virgínia, em 2017, quando membros das milícias carregavam no ombro fuzis semi-automáticos, a pouca distância das forças de segurança chamadas ao local; os protestos contra as medidas de confinamento para combater o coronavírus na primavera norte-americana; a presença nos contra-protestos contra a brutalidade policial, entre outros episódios.

As organizações mais conhecidas – Three Percenters, Oath Keepers, Proud Boys, Boogaloo Boys ou Patriot Prayers – têm em comum a defesa do direito de possuir armas de fogo e a hostilidade aos governos locais, principalmente aos estaduais do Partido Democrata, à autoridade ou às ideias mais progressistas.

Alguns deles são grupos supremacistas brancos e movimentos neonazistas, ou veem a polícia e qualquer força de segurança como agentes de um governo autoritário, diz reportagem da agência AFP. Outros planejam uma guerra racial.

O movimento conspiratório de extrema

direita QAnon, por exemplo, afirma que Donald Trump trava uma guerra secreta contra uma seita liberal global composta de pedófilos satanistas.

Essas milícias contam com vários milhares de apoiadores no país, que se comunicam por mensagens criptografadas nas redes sociais.

A maioria dos 13 homens presos na quinta-feira (8) em Michigan adere à vertente “Boogaloo” e vários deles eram membros de um grupo local chamado “Wolverine Watchmen”.

Vários membros do ‘Wolverine’ participaram dos protestos contra as restrições em Michigan decretadas pela governadora Gretchen Whitmer, alegando que isso violava seus direitos. Eles treinavam regularmente no manuseio de armas “para preparar o ‘boogaloo’, em referência a uma violenta insurreição contra o governo ou a uma guerra civil de motivação política”, segundo a Justiça de Michigan.

O movimento Boogaloo, que reúne neonazistas, quer derrubar o governo do Estado por meio de uma guerra civil. Seus apoiadores podem ser reconhecidos pelas camisas havaianas que usam sobre os trajes militares.

São inspirados em Trump, que em abril chegou a convocar seus aliados a “libertarem Michigan”, então sob quarentena, decretada pela governadora quando o Estado era o terceiro pior no país em mortes e casos de Covid.

Leia mais no site do HP

‘Trump transformou crise sanitária em tragédia’, afirma a New England



Trump retira máscara ao voltar infectado do hospital e entrar na Casa Branca

Polícia prende fascistas que planejaram assassinar a governadora do Michigan

“Grupos de ódio ouviram as palavras do presidente [Trump] não como uma repreensão, mas como um grito de guerra”, afirmou a governadora do Michigan, a democrata Gretchen Whitmer, após operação conjunta entre a polícia estadual e o FBI prender 13 supremacistas brancos que pretendiam sequestrá-la, assassiná-la e ‘tomar o poder’ na capital, Lansing.

“Quando nossos líderes falam, suas palavras são importantes. Elas carregam peso. Quando nossos líderes se encontram, encorajam ou confraternizam com terroristas domésticos, eles legitimam suas ações e são cúmplices. Quando alimentam e contribuem para o discurso de ódio, são cúmplices”, advertiu Whitmer.

Em abril, Trump chegou a convocar seus minions a “libertarem Michigan”, então sob quarentena, decretada pela governadora quando o Estado era o terceiro pior no país em mortes e casos de Covid.

Na época, grupos supremacistas armados de fuzis de assalto chegaram a invadir o Capitólio [sede do parlamento] de Michigan, contra as medidas de contenção da pandemia em vigor no Estado.

Na semana passada, no primeiro debate presidencial, Trump se recusou a condenar os grupos supremacistas brancos e até se dirigiu publicamente aos ‘Proud Boys’ – uma milícia truculenta – para que “recuassem e ficassem de prontidão”.

As prisões foram anunciadas pela procuradora-geral de Michigan, Dana Nessel,

em uma conferência de imprensa, com mandatos executados em Sterling Heights, Belleville, Cadillac, Canton, Charlotte, Clarkston, Grand Rapids, Hartland, Luther, Munith, Orion Township, Ovid, Shelby Township e Waterford Township.

Seis fascistas foram presos por conspiração e terrorismo e sete integrantes da milícia Wolverine Watchmen, todos de Michigan, são acusados de terrorismo, apoio material ao terrorismo, participação em gangue e posse de armas de fogo durante prática de crime.

Em declaração à assembleia estadual, a governadora Whitmer ressaltou que “Trump passou os últimos sete meses ignorando a ciência, dando conforto àqueles que espalham medo, ódio e divisão.”

“Temos um presidente que parece tolerar essas ações”, advertiu Nessel ao MSNBC, citando a convocação dele contra o governo estadual, que foi seguida por invasões de extremistas armados no Capitólio do Estado. As declarações de Trump “não eram um apito de cachorro, mas um comando para a ação”, denunciou. Pelo menos 3 dos 13 presos participaram da invasão armada do Capitólio de Michigan em 30 de abril.

GRAVAÇÕES

De acordo com a coletiva de imprensa, o FBI inicialmente tomou conhecimento do complô pelas redes sociais, preparou uma

operação e cooptou pelo menos dois informantes dentro do grupo. Há gravações de conversas e reuniões.

Foram feitos planos para levar Whitmer para o Estado de Wisconsin, julgá-la por “traição” e executá-la. Os extremistas também planejavam tomar o controle do Capitólio do Estado.

Chegaram a monitorar a casa de férias de Whitmer em duas ocasiões no final de agosto e início de setembro. Prepararam mapas mostrando a localização de delegacias de polícia próximas e quartéis da polícia estadual e calcularam quanto tempo a polícia levaria para responder a uma emergência.

Nos preparativos, um dispositivo explosivo improvisado chegou a ser detonado e testado. O plano era usá-lo em caso de perseguição policial, após o sequestro da governadora. Também foi adquirido um taser de 800.000 volts.

As acusações incluem preparativos para atacar e matar policiais envolvidos na proteção de Whitmer ou na aplicação da quarentena no Estado.

“Todos nós que estamos aqui hoje queremos que o público saiba que as forças de segurança federais e estaduais estão empenhadas em trabalhar juntas para garantir que extremistas violentos nunca tenham sucesso com seus planos, especialmente quando visam nossos líderes devidamente eleitos”, afirmaram os procuradores federais Matthew Schneider e Andrew Birge.

Leia mais: horadopovo.com.br

Armênia e Azerbaijão concordam com cessar-fogo

Acidade de Stepanakert, de maioria armênia, na região de Nagorno-Karabach foi uma das atingidas pela artilharia azerbaijana - foto OC Media

A Armênia e o Azerbaijão concordaram neste sábado (10) em suspender as hostilidades na região de Nagorno-Karabach.

O acordo foi alcançado após um dia de negociações iniciadas Moscou na sexta-feira (9), como informou o ministro do Exterior da Federação Russa, Sergei Lavrov.

O armistício foi marcado para entrar em vigor a partir das 10:00 da manhã do sábado, dia 10.

O entendimento foi resultado das consultas aos ministros dos dois países (que foram a Moscou) e se encontraram sob a mediação de Lavrov. Segundo informa a agência russa RT, as negociações se estenderam por 10 horas e entraram madrugada adentro até as primeiras horas do dia 10.

O acordo entre os dois países menciona a suspensão de todas as ações militares por “razões humanitárias” e determina

que, com a suspensão do fogo, sejam realizadas trocas de prisioneiros e entrega, pelos dois lados, dos corpos dos soldados falecidos em suas fronteiras. Segundo Lavrov, o processo de trocas será acompanhado pela Cruz Vermelha.

O acordo que aconteceu em atenção a um chamado do presidente russo, Vladimir Putin, aos presidentes dos países com capital em Baku (Azerbaijão) e Yerevan (Armênia) e servirá como primeiro passo em um processo que avance negociações sob o patrocínio da OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação da Europa) para que “se alcance uma solução pacífica” ao conflito em torno da região de Nagorno-Karabach.

As ligações de Putin a Yerevan (para conversar com o primeiro-ministro armênio Nikol Pashinyan) e a Baku (para falar com o presidente azerbaijano Ilham Aliyev) e convidá-los a Moscou aconteceram na quinta-feira (dia 8).

Antes disso, houve con-

versas de Putin com os líderes dos dois países desde o início das hostilidades. “Não podemos esperar outros 30 anos”, afirmou o presidente do Azerbaijão – referindo-se a um conflito latente – destacando que “a solução para esta pendência em torno de Nagorno-Karabach deve ser resolvida já”.

Os atuais atritos foram iniciados no dia 27 de setembro na região que é populada por uma maioria armênia, mas até o momento é considerada como parte do território azerbaijano. O acordo anterior não superou as contradições entre os dois países. As hostilidades que envolveram artilharia dos dois lados já causaram dezenas de vítimas militares e civis de ambos os países. Segundo informa a ONU, já faleceram 53 civis neste conflito.

A alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, já vinha pedindo o cessar-fogo “profundamente preocupada com o bombardeio a áreas residenciais”.

“A resposta dos líderes de nossa nação tem sido consistentemente inadequada. O governo federal abandonou o controle das doenças aos Estados”, denuncia em editorial a importante revista científica americana The New England Journal of Medicine

A revista médica americana The New England Journal of Medicine, uma das mais importantes revistas científicas do mundo, publicou na quarta-feira (7) um editorial sobre a pandemia do novo coronavírus nos EUA. O texto é intitulado “Morrendo em um vácuo de liderança”.

É impressionante as semelhanças do que Trump andou fazendo naquele país com a crise criada pela insanidade de Jair Bolso-

naro no Brasil.

Os autores da New England fazem uma análise demolidora da atuação do governo Donald Trump, o guru do presidente brasileiro, diante da pandemia da Covid-19 naquele país e cobram a responsabilização do governo pela tragédia.

“Nossos líderes reivindicaram imunidade por suas ações. Mas esta eleição nos dá o poder de julgar”, sentença a publicação.

Segue o editorial da New England.

Morrendo em um vácuo de liderança

A Covid-19 criou uma crise em todo o mundo. Esta crise produziu um teste de liderança. Sem boas opções para combater um novo patógeno, os países foram forçados a fazer escolhas difíceis sobre como responder. Aqui nos Estados Unidos, nossos líderes falharam nesse teste. Eles pegaram uma crise e a transformaram em uma tragédia.

A magnitude dessa falha é surpreendente. De acordo com o Centro Johns Hopkins de Ciência e Engenharia de Sistemas, os Estados Unidos lideram o mundo em casos de Covid-19 e em mortes devido à doença, superando em muito os números em países muito maiores, como a China.

A taxa de mortalidade neste país é mais do que o dobro do Canadá, excede a do Japão, um país com uma população vulnerável e idosa, por um fator de quase 50, e até supera as taxas em países de renda média baixa, como Vietnã, por um fator de quase 2.000. Covid-19 é um desafio enorme e muitos fatores contribuem para sua gravidade. Mas o que podemos controlar é como nos comportamos. E nos Estados Unidos, sempre nos comportamos mal.

Sabemos que poderíamos ter feito melhor. A China, diante do primeiro surto, optou pela quarentena e isolamento estritos após um atraso inicial. Essas medidas foram severas, mas eficazes, essencialmente eliminando a transmissão no ponto em que o surto começou e reduzindo a taxa de mortalidade para 3 por milhão, em comparação com mais de 500 por milhão nos Estados Unidos.

“A China, diante do primeiro surto, optou pela quarentena e isolamento estritos após um atraso inicial. Essas medidas foram severas, mas eficazes”

Os países que tiveram muito mais intercâmbio com a China, como Singapura e Coreia do Sul, começaram os testes intensivos cedo, junto com o rastreamento agressivo dos contatos e o isolamento apropriado, e tiveram surtos relativamente pequenos. E a Nova Zelândia tem usado essas mesmas medidas, junto com suas vantagens geográficas, para chegar perto de eliminar a doença, o que tem permitido àquele país limitar o tempo de fechamento e reabrir amplamente a sociedade a um nível pré-pandêmico.

Por que os Estados Unidos lidaram com essa pandemia tão mal? Falhamos em quase todas as etapas. Recebemos um amplo alerta, mas quando a doença apareceu pela primeira vez, não fomos capazes de testar com eficácia e não pudemos fornecer nem mesmo o equipamento de proteção individual mais básico aos profissionais de saúde e ao público em geral. E continuamos muito

atrasados nos testes.

Embora o número absoluto de testes tenha aumentado substancialmente, a métrica mais útil é o número de testes realizados por pessoa infectada, uma taxa que nos coloca bem abaixo na lista internacional, abaixo de lugares como Cazaquistão, Zimbábue e Etiópia, países que não podem se orgulhar da infraestrutura biomédica ou a capacidade de fabricação que temos. Além disso, a falta de ênfase no desenvolvimento da capacidade significa que os resultados dos testes dos EUA costumam ser atrasados, tornando-os inúteis para o controle da doença.

“Os resultados dos testes dos EUA costumam ser atrasados, tornando-os inúteis para o controle da doença”

Embora tenhamos a tendência de focar na tecnologia, a maioria das intervenções que têm grandes efeitos não são complicadas. Os Estados Unidos instituíram medidas de quarentena e isolamento tardiamente e de forma inconsistente, muitas vezes sem nenhum esforço para aplicá-las, depois que a doença se espalhou substancialmente em muitas comunidades.

Nossas regras sobre o distanciamento social têm sido, em muitos lugares, na melhor das hipóteses, indiferentes, com afrouxamento das restrições muito antes de o controle adequado da doença ter sido alcançado. E em grande parte do país, as pessoas simplesmente não usam máscaras, principalmente porque nossos líderes declararam abertamente que as máscaras são ferramentas políticas e não medidas eficazes de controle de infecção. O governo investiu apropriadamente no desenvolvimento de vacinas, mas sua retórica politizou o processo de desenvolvimento e gerou uma crescente desconfiança pública.

Os Estados Unidos entraram nesta crise com enormes vantagens. Junto com uma tremenda capacidade de fabricação, temos um sistema de pesquisa biomédica que causa inveja em todo o mundo. Temos enorme experiência em saúde pública, política de saúde e biologia básica e temos sido capazes de transformar essa experiência em novas terapias e medidas preventivas. E muito dessa expertise nacional reside em instituições governamentais. Mesmo assim, nossos líderes preferiram ignorar e até denegrir os especialistas.

A resposta dos líderes de nossa nação tem sido consistentemente inadequada. O governo federal abandonou em grande parte o controle das doenças aos Estados.

Leia a íntegra do editorial em www.horadopovo.com.br

Apontamentos de Che sobre um livro famoso

Nos 53 anos da morte de Ernesto Che Guevara, escolhemos, pela sua importância, reproduzir o texto abaixo, publicado originalmente em nossa edição de 05/10/2007, e, depois, na segunda edição do livro “A História Continua”, Fundação Instituto Claudio Campos, 2015, página 111

Nos anos de 1965 e 1966, em sua estada na Tanzânia e Praga, antes de internar-se na Bolívia, Ernesto Che Guevara concluiu a primeira etapa de um estudo do Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS, edição em espanhol de 1963.

Che marcou 225 parágrafos do texto em verde, vermelho e azul, redigindo breves comentários críticos sobre cada um deles – notas que pretendia aprofundar e desenvolver posteriormente.

O trabalho era parte do plano, que deixou também indicado, de produzir um livro que abordasse a economia política da transição socialista e do próprio socialismo por uma ótica diversa da apresentada pelo manual.

“Nossa tese”, afirmou Che, “é que as mudanças produzidas pela Nova Política Econômica (NEP) calamaram tão fundo na vida da URSS que tem marcado como um signo toda essa etapa... a superestrutura capitalista foi influenciando de forma cada vez mais marcada as relações de produção e os conflitos provocados pela hibridização que significou a NEP estão se resolvendo hoje a favor da superestrutura; **se está regressando ao capitalismo**”.

A conclusão do Che, que grifamos em negrito, é clara e não dá margem a dúvidas. Ele considerava a URSS um país socialista que, no entanto, se encontrava num processo de retorno ao capitalismo, mormente porque, e isso veremos adiante, cada passo atrás era apresentado como um avanço em direção ao comunismo.

Na nossa modesta opinião, o julgamento de Che sobre a NEP e sua permanência na vida da URSS, como causa determinante desse retrocesso, não nos parece exato.

Implantada no 10º Congresso do PCUS, em 1921, a NEP estava já superada em 1929, apesar da resistência aberta oposta até aquele ano pelo grupo de Bukharin (que contava com o apoio velado de Zinoviev e Trotsky) à nova política de industrialização acelerada e coletivização da agricultura, materializada no Primeiro Plano Quinquenal (1928-1933).

Mas também não nos parece que a idéia da permanência de uma superestrutura capitalista originada pela NEP estivesse suficientemente consolidada no pensamento do Che, e que ele a manteria ao final dos estudos aos quais se dedicava.

A ausência de dever a partir da qual ele impôs a si próprio a pesada empreitada de encontrar explicações e soluções para problemas que na época poucos foram capazes de atribuir importância nos leva a pensar desse modo.

Isso fica bastante claro no seguinte trecho:

“Ao iniciar um estudo crítico do mesmo [Manual de Economia Política] encontramos tal quantidade de conceitos conflitantes com a nossa maneira de pensar que decidimos iniciar esta empresa – o livro que expressasse nossos pontos de vista – com o maior rigor científico possível e com a máxima honestidade. Qualidade imprescindível esta última, porque o estudo sereno da teoria marxista e dos fatos recentes nos colocam na posição de críticos da URSS, posição que se tem convertido em um ofício de muitos oportunistas que lançam dardos desde a extrema esquerda para benefício da reação.

“Estabelecemos o firme propósito de não ocultar uma só opinião por motivos táticos, porém, ao mesmo tempo, de sacar conclusões que pelo seu rigor lógico e alcance de visão ajudem a resolver problemas e não contribuam só para apresentar interrogações sem solução”.

A chave para se compreender o estágio das reflexões do Che, naquele momento, sua força e também suas insuficiências, pode ser encontrada na transcrição e no comentário crítico que faz do 221º parágrafo anotado, que consta da página 706 do Manual de Economia Política (MEP).

MEP: “Em sua última obra, *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*, Stalin apresentou alguns problemas importantes da teoria marxista-leninista: o caráter objetivo das leis econômicas do socialismo, o da lei do desenvolvimento planejado e proporcional e outros. No

entanto, é preciso dizer que esse trabalho e alguns outros de Stalin contêm teses errôneas, tais como a de que a circulação mercantil representa já, na atualidade, um freio para o desenvolvimento das forças produtivas e de que já amadureceu a necessidade da passagem gradual ao intercâmbio direto de produtos entre a indústria e a agricultura; a insuficiente apreciação da vigência da lei do valor na esfera da produção, em particular no tocante aos meios de produção, etc.”

CHE: “*Nos pretensos erros de Stalin está a diferença entre uma atitude revolucionária e outra revisionista. Aquele vê o perigo das relações mercantis e trata de enfrentá-lo superando as dificuldades, a nova direção, pelo contrário, cede aos impulsos da superestrutura e acentua a ação mercantil, teorizando para isso que o aproveitamento total dessas alavancas econômicas leva ao comunismo. Há poucas vezes que se lhes oponham publicamente, mostrando assim o tremendo crime histórico de Stalin: ter desprezado a educação comunista e instituído o culto irrestrito à autoridade.*”

A ambivalência da avaliação de Che a respeito de Stalin se expressa de forma nítida. Por um lado o considera, indiscutivelmente, um revolucionário, termo ao qual atribua um significado muito especial, por outro se ressentido do fato dele não haver atendido a todas as suas expectativas, a ponto de repetir as expressões “crime” e “culto” utilizadas justamente pela “nova direção revisionista” como cortina de fumaça para o gradual recuo em relação às posições socialistas, empreendido a partir da morte do grande dirigente, no ano de 1953.

Esta dificuldade certamente o impediu de apreender e retirar tudo que era possível das concepções de Stalin – e particularmente da obra citada, que trata fundamentalmente das mesmas questões sobre a quais ele se debruçava.

Problemas Econômicos do Socialismo na URSS, escrito em 1952, tanto em sua primeira quanto em sua segunda parte é nada mais nada menos do que uma série de observações críticas ao projeto do Manual de Economia Política, cujo texto original, Stalin considerou que continha não poucos erros e imprecisões.

Che o critica na versão de 1963. Conforme ele afirma, “*depois que sofreu mudanças pronunciadas em sua estrutura e orientação, a medida em que se produziām câmbios na URSS*”.

Stalin o criticou antes mesmo da publicação. E é importante registrar que nos pontos que ele abordou com maior profundidade suas observações foram olímpicamente desconsideradas já na primeira versão impressa, o que mostra que o princípio da autoridade não era tão irrestrito quanto poderia parecer à primeira vista.

Mas isso não tira o mérito do esforço empreendido pelo Che na busca da verdade, nem do resultado a que chegou em suas reflexões.

“*Nossa força de coraçaõ há de provar-se aceitando o repto da Esfinge e não nos esquivando de sua interrogação formidável*”, afirma citando El Ariel, de José Rondó, ao final da exposição sobre a necessidade do livro que se preparava para escrever.

A morte o levou no ano seguinte, já se vão 50 anos. Mas Che segue mais vivo do que nunca, pelo seu exemplo, por suas realizações como revolucionário e sobretudo pelo vigor e atualidade do seu pensamento.

Transcrevemos aqui alguns dos apontamentos preliminares feitos por ele a respeito dos 225 parágrafos que assinalou no Manual de Economia Política, por problemas de espaço serão poucos. Mas recomendamos a todos a leitura e o estudo da obra completa, que é composta também por uma síntese biográfica de Marx e Engels, uma seleção inédita de notas críticas sobre obras econômico-filosóficas do marxismo e diversas atas de reuniões que efetuou no ministério das Indústrias: *Apuntes Críticos a la Economía Política*, editado por Maria Del Carmen Ariet García, Centro de Estudios Che Guevara, editora Ocean Press, Havana, Cuba, primeira edição 2006.

Com a palavra o comandante Che Guevara.

SÉRGIO RUBENS



Pág. 62 – nº 6

MEP: “O trabalho abstrato que forma o valor da mercadoria é uma categoria histórica, uma forma específica de trabalho social, inerente tão só a economia mercantil. Na economia natural, os homens não criam produtos para a troca, sim para a satisfação de suas necessidades, o que faz com que o caráter social de seu trabalho se manifeste diretamente sob sua forma concreta. Por exemplo, quando um senhor feudal se apodera do produto do excedente dos camponeses servos sob a forma de renda em trabalho ou em espécie, se apropria diretamente de seu trabalho sob a forma de prestações pessoais ou de determinados produtos”.

CHE: “*É importante a forma de expressar a categoria trabalho abstrato. Ao negá-la nas relações feudais, com o qual se nega seu caráter de mercadoria, também se nega implicitamente esta categoria no socialismo, onde o trabalho humano não adquire forma de mercadoria e onde existe um possuidor único dos meios de produção. Há que ter isso em conta para quando se tratar do regime socialista*”

Pág. 348 – nº 81

MEP: “A lei do valor atua dentro da economia nacional, com certas limitações, como regulador da produção no setor da pequena economia mercantil e no setor capitalista, porém não regula a produção no setor socialista. No setor socialista deixa de atuar a lei da taxa média de lucro. Os investimentos de capital neste setor não são feitos com base na lei da taxa média de lucro, mas na lei do desenvolvimento planejado da economia nacional”.

CHE: “*Correto, levar isso em consideração mais adiante*”.

Pág. 412 – Nº 93

MEP: “Já não há no mundo forças capazes de restaurar o capitalismo em nosso país, de derrubar o campo socialista. O perigo da restauração do capitalismo na União Soviética foi eliminado. Isso significa que o socialismo triunfou, não só plenamente, mas também definitivamente”.

CHE: “*Afirmação que pode ser objeto de discussão. As últimas revoluções econômicas da URSS se assemelham às que tomou a Iugoslávia quando escolheu o caminho que a levaria a um retorno gradual para o capitalismo. O tempo dirá se é um acidente passageiro ou entranha uma definida corrente de retrocesso.*”

“*Tudo parte da equivocada concepção de querer construir o socialismo com elementos do capitalismo sem mudar-lhes realmente o significado. Assim se chega a um sistema híbrido que leva a um beco sem saída ou de saída dificilmente perceptível que obriga a novas concessões às alavancas econômicas, ou seja, ao retrocesso*”.

Pág 512 – nº 136

MEP: “Não obstante, a maior parte dos meios de produção – ferramentas, máquinas, metais, carvão, petróleo, etc – produzidos pelas empresas do Estado circula entre as empresas do setor estatal, pertencentes a um só proprietário, o Estado socialista. Ao passarem esses meios de produção de umas empresas estatais a outras não muda a propriedade, o Estado socialista segue sendo proprietário desses meios de produção. Isso não

é obstáculo para que também neste caso os meios de produção passem de uma empresa a outra sob a forma de compra e venda e sejam, portanto, mercadorias. Isso se explica pelas relações mútuas que existem entre a propriedade estatal e outras formas de propriedade, pela unidade que forma a economia socialista e por características inerentes a propriedade estatal”.

CHE: “*Escapam aqui duas incorreções graves. A primeira é que o ato de compra e venda significa o traslado da mercadoria de um possuidor a outro. E mercadoria, vimos no princípio, é todo o produto suscetível de mudança de propriedade. A segunda é que se explica isso pela diversidade de formas de propriedade social, em todo o caso se poderia admitir a compra e venda para as relações entre os kolkhoses e o resto da propriedade social, mas não impô-la ao conjunto.*”

Ao final, onde se diz ‘isso se explica’, não se explica nada”.

Pág. 513 – nº138

MEP: “Os meios de produção que circulam dentro do setor estatal como mercadorias, apresentam características substanciais que os distinguem dos dois meios de consumo e dos meios de produção realizados fora do setor estatal. Estas características podem resumir-se assim: em primeiro lugar, ao passar os meios de produção de uma empresa a outra pela via da compra e venda, não se efetua um câmbio de proprietários já que seguem sendo propriedade do estado socialista e só muda a empresa a disposição da qual passam os meios de produção de que se trata;...”

CHE: “*Negação completa do princípio de compra e venda. Em geral os autores aplicam os nomes de categorias capitalistas a coisas diferentes e dali surge também a contradição. Se dissessem, por exemplo, contrato de entrega, o problema estaria resolvido. Porém atrás da aparentemente inofensiva imprecisão das formulações se esconde algo mais grave: há verdadeiras contradições entre as empresas, com choque de interesses, coisa lógica, já que o sistema se assemelha muito ao capitalismo em seus mecanismos de ação*”.

Pág.521 – nº 147

MEP: “As empresas avançadas, nas que a inversão individual de trabalho é inferior ao trabalho socialmente necessário, são mais rentáveis”.

CHE: “*Esta afirmação obriga a perguntar: mais rentáveis para quem? Se fosse só para o Estado, tudo estaria bem, porém é que também são mais rentáveis para os trabalhadores dessas empresas, contribuindo para a criação de desníveis no pagamento ao trabalho de operários que realizam a mesma tarefa, já que se trata de uma empresa adiantada e outra atrasada*”.

Pág. 534 – nº 158

MEP: “Entre as empresas estatais está amplamente estendida a forma de salário por obra realizada.

“Diferentemente do ‘salário por peça’ capitalista, baseado na intensificação excessiva do trabalho e que não repõe o desgaste da força de trabalho, no socialismo o salário por obra realizado se baseia em normas progressivas médias de produção acessíveis à grande massa de trabalhadores e assegura o aumento da produção a medida em que se eleva

a produtividade do trabalho. Esta forma de salário impulsiona a total e racional utilização das máquinas, do equipamento industrial, das matérias primas, do tempo de trabalho, a implantação dos aperfeiçoamentos técnicos e a melhor organização do trabalho e da produção. O salário por obra realizada propicia o desenvolvimento da emulação socialista, posto que a alta produtividade do trabalho se traduz também numa alta remuneração”.

CHE: “*Estão com uma mangueira entre as mãos e querem tapá-la com uma folha de parreira, a única diferença é o destino do trabalho excedente*”.

Pág. 546 – nº 162

MEP: “O postulado da lei do valor reside em que os preços das mercadorias correspondem à inversão do trabalho socialmente necessário. A lei do valor impulsiona as empresas a conseguirem que os custos individuais de produção de uma determinada mercadoria sejam, dentro do possível, inferiores ao custo socialmente necessário. Se o custo individual de uma empresa excede o custo socialmente necessário, pelos quais se determinam os preços, esta empresa não poderá cobrir integralmente seus custos e operará com perdas. As empresas em que os custos individuais coincidem com os custos socialmente necessários ou sejam inferiores a eles estarão em situação mais vantajosa, assegurarão a rentabilidade da produção. A rentabilidade de uma empresa significa que os meios obtidos para ela realizar seus produtos cobrem o custo de produção e geram um ingresso excedente. A rentabilidade é um dos índices mais importantes da efetividade econômica do funcionamento das empresas durante um período de tempo. O cálculo econômico coloca as empresas em uma situação na qual se vêem obrigadas o conseguir a maior economia possível nos recursos e a serem empresas rentáveis”.

CHE: “*A rentabilidade é uma noção relativa numa economia planejada. O fato de que se tenha buscado uma fórmula que automatiza o processo por meio de relações monetárias a converte em um instrumento de controle, porém também inaugura a luta por fazê-la efetiva por todos os meios ao alcance das empresas. Pode-se dizer que é um bom instrumento, porém o sistema empregado não é o único utilizável*”.

Pág. 548 – nº 164

MEP: “O cálculo econômico se baseia no interesse material das empresas, de todos os trabalhadores e do pessoal dirigente, no cumprimento dos planos, no rápido e constante auge da produção, na gestão econômica e racional da empresa e na garantia da rentabilidade destas.

“O interesse material da empresa e de seu pessoal no cumprimento do plano e no auge da produção o assegura, sobretudo, o fato de que a empresa obtém os recursos financeiros em consonância com os resultados de suas atividades econômicas. Ademais se deixa à disposição da empresa uma parte dos ingressos (dos lucros), que se destina a completar os meios de rotação e as inversões e melhorar as condições de existência de seus operários e empregados em relação às demandas culturais e sociais, a premiar os melhores trabalhadores, etc.”



CHE: “*É a demonstração de que o cálculo econômico se utiliza como palanca administrativa, é uma espécie de fixação das regras do jogo para que as empresas lutem para obter o máximo na partilha.*”

Pág. 551 – nº 165

MEP: “Os meios materiais e monetários de que dispõem as empresas socialistas constituem os fundos destas empresas. Diferentemente do capital que expressa as relações de exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, os fundos das empresas socialistas representam a propriedade social e se usam em interesse de toda a sociedade. Os fundos das empresas estatais são propriedade de todo o povo, posta a disposição dessas empresas. Os fundos das empresas cooperativas são propriedade cooperativa das próprias empresas que os manejam.”

CHE: “*Nem todos os fundos se usam em interesse de toda a sociedade, há um fundo de empresa que serve para satisfazer as necessidades desse coletivo e para aumentá-lo lutam os membros do mesmo, em contradição com os restantes*”.

Pág. 561 – nº 169

MEP: “O ingresso líquido da empresa estatal é a parte do ingresso líquido criada pelo trabalho adicional para a sociedade que se acumula na empresa e se utiliza em parte considerável para suas próprias atenções. O ingresso líquido centralizado do Estado é a parte do ingresso líquido da sociedade que se concentra em mãos do Estado, para aplicá-la às necessidades de todo o povo.”

CHE: “*Observe-se que o ingresso líquido da empresa estatal se reverte nela mesma. Este é um dos pontos fracos do sistema, o que contribui para o fortalecimento da empresa dentro da superestrutura da sociedade socialista.*”

Pág. 564 – n º 170

MEP: “Em relação com o processo de fortalecimento do cálculo econômico, vai crescendo a parte do ingresso líquido (lucro) da empresa dentro da massa global do ingresso líquido da sociedade e vai diminuindo proporcionalmente a parte do ingresso líquido centralizado do Estado do chamado imposto de circulação.

“Incrementa-se a parte do ingresso líquido (lucro) das empresas estatais colocadas a disposição destas. E, com isso, aumenta a importância do ingresso líquido (lucro) da empresa para a ampliação da produção nesta empresa (incremento de fundos de rotação, financiamento de investimentos básicos), para o aperfeiçoamento da produção, o pagamento de prêmios aos trabalhadores da empresa e a elevação de seu nível material e cultural. E isso fortalece o interesse material da empresa e de seu pessoal na economia e o emprego efetivo de seus recursos e no aumento da rentabilidade da produção.”

CHE: “Extrapolando sobre o dito no 169”.

Pág. 577-578 – nº 179

MEP: “Como temos dito, as Estações de Máquinas e Tratores (EMT) desempenharam um importante papel na criação e no fortalecimento e desenvolvimento do regime kolkhosiano. Mas, na nova etapa de desenvolvimento dos kolkhoses, a forma anterior de serviço técnico de produção dado aos kolkhoses por meio da EMT começava a entorpecer o cumprimento da tarefa central que era necessário resolver para construir o comunismo, a saber: a elevação da produtividade do trabalho. A coexistência dos donos, o kolkhos e a EMT numa só terra e num só processo de produção começou a engendrar uma série de contradições que freavam a utilização mais efetiva da terra, da técnica e da mão de obra e elevavam o custo de produção dos produtos agrícolas. [...]

“Deste modo, foi amadurecendo a necessidade de vender aos kolkhoses o equipamento técnico concentrado nas Estações de Máquinas e Tratores e de reorganizar estes centros sob a forma de Estações técnicas de conserto.”

CHE: “*Este é um exemplo palpável de contradições que vão se tornando antagonísticas entre a propriedade social e a da coletividade individual. As EMT podiam ter muitos vícios de burocratismo, mas a superestrutura impôs sua solução: maior autonomia, mais riqueza particular*”.